



Anais da Assembléia

Nº 36

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 07 DE ABRIL DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado NELSON GARCIA
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Felix - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cailto Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP – 12:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto - Antonio Martins Annibelli - Duffio Genari - José Alves dos Santos; **PFL – 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT – 07:** Algaci Ormário Túlio - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Placentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB – 03:** Alceu Antonio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Bioko; **PTB – 11:** Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PT – 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL – 01:** José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha

Lei nº. 10.699.

DATA: 30 de março de 1994.

SÚMULA: Estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 1994.

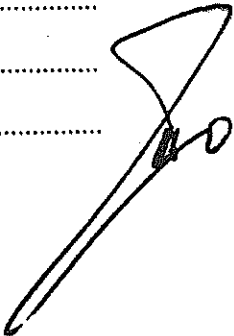
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do artigo 71 da Constituição Estadual, os seguintes dispositivos, que passam a integrar o texto da Lei nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, publicada no Diário Oficial do Estado nº 4.179, de 12 de janeiro de 1994.

SEÇÃO I - DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

- Art. 1º -
- I -
- II -
- III -

SEÇÃO II - DA ESTIMATIVA DA RECEITA

- Art. 2º -
- Parágrafo único.
- 1 -
- 1.1.
- 1.2.
2.
- 2.1.
- 2.2.
3.



- 3.1.
- 3.2.
- 4.
- 4.2.

SEÇÃO III - DOS ORÇAMENTOS

- Art. 3º. -
- Art. 4º. -
- Art. 5º. -
- Art. 6º. -

SEÇÃO IV - DAS CORREÇÕES DOS ORÇAMENTOS

- Art. 7º. -
- Art. 8º. -
- § 1º. -
- § 2º. -

SEÇÃO V - DAS AUTORIZAÇÕES PARA ABERTURA DE CRÉDITOS E AJUSTES DE FONTES

- Art. 9º. -
- I -
- II -
- III -
- IV -
- V -



- VI -
VII -
VIII -
IX -
X -

SEÇÃO VI - DAS CENTRALIZAÇÕES DE RECURSOS

- Art. 10 -
Parágrafo único -

**SEÇÃO VII - DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E DOS CRÉDITOS
POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA**

- Art. 11 -

SEÇÃO VIII - DO ORÇAMENTO DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO

- Art. 12 -
Parágrafo único -

SEÇÃO IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. 13 -
Art. 14 -



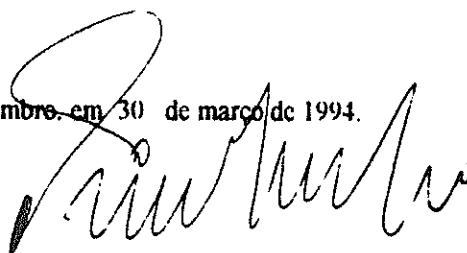
Art. 15 -

Art. 16 -

Art. 17 - As disposições constantes dos Anexos VII e VIII, passam a integrar esta Lei, devendo o Poder Executivo proceder as respectivas alterações.

Art. 18 -

Palácio Dezenove de Dezembro, em 30 de março de 1994.



ORLANDO PESSUTI
Presidente

ANEXO VII**ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES NOS TERMOS DO ART. 17 DESTA LEI**

- Acresça-se no código 3470.08401831.087 - CR\$ 100.000.000,00

Suprima-se no código 1900.03070232.742 - CR\$ 100.000.000,00

Para adequar a rede física escolar mediante expansão e melhoria do ensino, capacitando e atualizando o aprendizado no Município de Castro.

- Acresça-se no código 2103.15824952.693 - CR\$ 10.000.000,00

Suprima-se no código 2103.03070212.018 - CR\$ 10.000.000,00

Para o pagamento aos inativos do magistério da gratificação de "regência de classe".

- Acresça-se no código 4898.08653632.748 - CR\$ 599.250.000,00

Suprima-se no código 4494.16895421.806 - CR\$ 599.250.000,00

Para a construção do Centro Internacional de Exposição e Eventos de Londrina.

- Acresça-se no código 4898.08653632.748 - CR\$ 30.000.000,00

Suprima-se no código 1900.03070232.742 - CR\$ 30.000.000,00

Para realizar demanda de turismo interno no Município de Ponta Grossa.

- Acresça-se no código 4898.08462242.747 - CR\$ 200.000.000,00

Suprima-se no código 1900.03070232.742 - CR\$ 200.000.000,00

Para incentivo ao esporte amador, construção de quadras poli-esportiva, no Distrito de Piriquitos, no Município de Ponta Grossa.

- Acresça-se no código 4286.07401831.127 - CR\$ 150.000.000,00

Suprima-se no código 4490.16070212.721 - CR\$ 150.000.000,00

Para repasse à Prefeitura Municipal de Cerro Azul, para a construção de um terminal rodoviário de 1.000 m², na sede do Município de Cerro Azul.

- Acresça-se no código 4286.07381811.069 - CR\$ 150.000.000,00

Suprima-se no código 4490.16885371.021 - CR\$ 150.000.000,00

Para repasse à Prefeitura Municipal de Ramilândia, sem contrapartida, para a construção de um ginásio de esportes com 1.700 m², na sede do Município de Ramilândia.

- Acresça-se no código 3906.04130672.707 - CR\$ 85.000.000,00

Suprima-se no código 3907.04150882.709 - CR\$ 85.000.000,00

Para possibilitar aos assentamentos rurais a infraestrutura necessária visando a sua estabilização, aumentando sobremaneira a produção de alimentos para a mesa de todos os paranaenses.

- Acresça-se no código 4490.16885371.021 - CR\$ 792.000.000,00

Suprima-se no código 1901.03070232.742 - CR\$ 792.000.000,00

Para a pavimentação num trecho de 30 km, ligando a sede do Município de Luiziana à sede do Município de Mamborê.

- Acresça-se no código 5097.10573161.869 - CR\$ 150.000.000,00

Suprima-se no código 1900.03070232.742 - CR\$ 150.000.000,00
Para a construção de 100 casas populares no Município de Reserva.

- Acresça-se no código 5097.10573161.869 - CR\$ 150.000.000,00
Suprima-se no código 1900.03070232.742 - CR\$ 150.000.000,00
Para construção de 100 casas populares no Município de Palmeira.

- Acresça-se no código 5097.10573161.869 - CR\$ 150.000.000,00
Suprima-se no código 1900.03070232.742 - CR\$ 150.000.000,00
Para construção de 100 casas populares no Município de Tibagi.

- Acresça-se no código 3268.06300212.633 - CR\$ 6.500.000,00
Suprima-se no código 1900.03070232.742 - CR\$ 6.500.000,00
Para a construção de prédio para abrigar a CIRETRAN do Município de Guaraniaçu, com a área de 1.000 m².

- Acresça-se no código 3104.06301741.053 - CR\$ 1.000.000,00
Suprima-se no código 2703.15814872.619 - CR\$ 1.000.000,00
Para reformar e ampliar a cadeia pública de Rolândia.

- Acresça-se no código 0901.15814862.758 - CR\$ 40.000.000,00
Suprima-se no código 1901.03070232.742 - CR\$ 40.000.000,00
Para adquirir e equipar trailers (Unidades móveis médico-odontológicas), para atendimento de estudantes, crianças, pessoascarentes trabalhadores das zonas rurais, dos Município a seguir relacionados (um para cada Município): Nova Londrina, Diamante do Norte, Itaúna do Sul, São Pedro do Paraná, Terra Rica, Loanda, Marilena, Amaporã, Santa Mônica e Mirador.

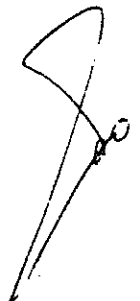
- Acresça-se no código 3600.13754282.565 - CR\$ 200.000,00
Suprima-se no código 3674.13754282.565 - CR\$ 200.000,00
Para viabilização da unidade descentralizadas do Curso de Auxiliar de Enfermagem em Rolândia, deverá ser mantida pelo programa de Administração e Desenvolvimento de Recursos Humanos.

- Acresça-se no código 2501.03080322.689 - CR\$ 1.500.000,00
Suprima-se no código 2103.03072172.799 - CR\$ 1.500.000,00
Para o pagamento de indenizações à proprietários que tiveram suas terras cortadas pelo Contorno Sul de Bandeirantes.

- Acresça-se no código 3501.13754282.564 - CR\$ 200.000.000,00
Suprima-se no código 4305.16090401.027 - CR\$ 200.000.000,00
Para alterar a meta (adquirir e distribuir preservativos) na quantidade de 4.500.

- Acresça-se no código 3501.13754282.564 - CR\$ 597.000.000,00
Suprima-se no código 4494.16895421.806 - CR\$ 597.000.000,00
Para acrescentar na programação este valor e para tanto as metas desta programação serão acrescidas na mesma proporção.

ANEXO VIII



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES

NO CÓDIGO 4304.16401831.028 - DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES :

- Recursos financeiros em convênio com a Prefeitura Municipal, para viabilizar o início das obras da construção do novo aeroporto de Maringá.
- Realizar projetos, execução, aproveitamento múltiplo do Rio Ivaí, realizar convênio com prefeituras para equipamentos hidroviários pertencentes a Bacia do Ivaí.
- Fica destacado recursos para terra planagem, pavimentação, obras de drenagem, cercas de limitações e paisagismo do aeroporto de Cascavel, no valor de CR\$ 230.000.000,00 (Duzentos e trinta milhões de cruzeiros reais).

NO CÓDIGO 4490.168853341.018 - DESTACA-SE A SEGUINTE ATIVIDADE:

- Reforma das escolas estaduais Maria Izabel Guimarães, Newton Sampaio e Maria Anézia Dias no Município de São José da Boa Vista.

NO CÓDIGO 4305.16090401.027 - DESTACA-SE A SEGUINTE ATIVIDADE:

- Transfência de recursos a Município para aplicação em transportes de alunos da zona rural para escolas estaduais e municipais, nos seguintes Município: Doutor camargo, São Jorge do Ivaí, Floral, Mandaguaçu, Ourizona, Mandaguari, Marialva, Paçandu, Sarandi, Mirador, Floresta, Itambé, Ivatuba, Terra Boa, Jussara, Engenheiro Beltrão, Japurá, Alto Paraná, Uniflor, Ângulo, Iguaçu e Astorga.

NO CÓDIGO 4490.16080342.722 - DESTACA-SE A SEGUINTE ATIVIDADE:

- Adequação de 40 quilômetros de estradas rurais nos Município.

NO CÓDIGO 4492.16905631.017 - DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Pagamento devido pela administração dos Portos de Paranaguá e Antonina-APPA, dos valores devidos do I.S.S., a Prefeitura Municipal de Paranaguá.
- Obras e serviços de engenharia do Porto Lacustre de Santa Helena .

NO CÓDIGO 4490.16885382.726 - DESTACA-SE A SEGUINTE ATIVIDADE:

- Adequação de estradas vicinais e a pavimentação em calçamento poliédrico numa extensão de 10.000 metros, no bairro da Reserva, Município de doutor Camargo.

NO CÓDIGO 4490.16885382.724 - DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:



- Retificação da Rodovia que liga Abapan a Curitiba "Estrada do Cerne".
- Dragagem da Prainha e Ponta da Pita e pavimentação e reparação do acostamento da entrada da cidade 1,5 Km., no Município de Antonina.
- Pavimentação do trecho Barra do Ivaí, 2,5 Km., no Município de Guaratuba.
- Reconstrução da PR-457, trecho Grandes Rios/Mariza/Itambé; readaptação do contorno Oeste, no Município de Maringá com extensão de 4.434 metros.

NO CÓDIGO 4490.16885341.020 - DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Readaptação de estradas rurais em Santo Antonio da Platina e Abatiá.
- Pavimentação asfáltica para os Município de Arapoti e Teixeira Soares.
- Destinada a urbanização do Município de Cianorte.
- Manutenção e melhoria da Rodovia BR-476 da estrada da ribeira, trecho Bocaíva do Sul - Adrianópolis - Adequação da estrada que liga o distrito de Alecrim ao Bairro Espigão Bonito perfazendo um total de 18 Km., no Município de Curiúva.
- Readaptação de 100 km. de estradas no Município de Rosário do Ivaí; readaptação de 100 km. de estradas no Município de Califórnia; readaptação de 58 km. de estradas do Município de Mauá da Serra; readaptação de 30 km. de estradas Baiaco no Município de Bom Sucesso.
- Adequação e manutenção de estradas vicinais, com atendimento a 25% da malha, ou seja 800 km. (2300 Km. de estradas rurais não pavimentadas, objetivo atingir no mínimo 800 km., dentro deste programa), no Município de Irati.
- Araruna: trecho PR-567 a Melão (3,8 km.); trecho estrada da Boiadeira a estrada São Vicente (3,0 km.); trecho estrada Celso Ferrari a Lucas Esmaha (3,1 km.); trecho Pinhalzinho a PR-567 (4,7 km.) Farol: trecho BR-272 comunidade Alto Riozinho (3,0 km.); Inácio Martins: trecho São Domingos a Faxinal do Posto (12,0 km.); Trecho Campina Bonita a Inácio Martins (10,0 km.); trecho Três Pontes a Mansani (8,0 km.); trecho Quinco Andrade ao KM. 05 (13,0 km.); trecho Gavazzone ao Rio Turvo (8,0 km.). Ubatã: trecho Água Portuguesa, água do Tunas do Palmito (80,0 km.); Quinta do Sol: trecho Quinta do Sol ao entreposto da Coamo (2,0 km.); Juranda: trecho BR-369 ao entreposto da Coamo; Péabiru: trecho São Jorge a Casawara, Fazenda do Norte (10,0 km.); trecho Fazenda Santa Clara a Fazenda Ouro Verde (10,0 km.); Prudentópolis: trecho Vista Alegre a Perobas (20,0 km.); trecho Barra Bonita a Esperança (15,0 km.); trecho Esperança a Sete de Setembro (20,0 km.); trecho BR-373 a Pedra Branca (20,0 km.); trecho BR-373 a São Pedro (5,0 km.); trecho BR-277 a Patos Velhos (20,0 km.); trecho BR-277 a Ponte Alta (10,0 km.); trecho Esperança a Eduardo Chaves (25,0 km.); Teixeira Soares: trecho São João do Triunfo a Vila São João de Irati, passando pelas localidades de Assugui de Cima, Bituva das Campinas, Bituva dos Lopes, Bituva dos Machados (70,0 km.); Corumbataí do Sul; trecho Corumbataí do Sul a Jacutinga (20,0 km.); trecho Corumbataí a Londrina (15,0 km.); trecho Corumbataí a Água do Juca (25,0 km.); trecho Posto Fiscal a Fazenda Continental (10,0 km.); Rebouças: trecho Comunidade do Salto a ligação Irati - São Mateus e ligação Faxinal dos Francos até Marmeleiro dos Soares (20,0 km.); trecho Turvo Barro Branco e Turvo- Pântano Preto (10,0 km.); localidade de Água Quente dos Luz e Água Quente dos Domingues, do asfalto do Potinga até as comunidades (20,0 km.); trecho da Ponte da Barra dos Andrades até a comunidade - localidades dos Cochos (15,0 km.); localidade do Saltinho - trecho da estrada principal: serra Poço Bonito até Parreirinho (15,0 km.).

NO CÓDIGO 4490.16885382.725 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:



- Construção de uma ponte de concreto sobre o Rio Ivai na PR-467, no trecho entre os Município de Japurá e São Carlos do Ivai.
- Construção de pontes: Sulina (50 m.), Salto do Lontra (30 m.), Guaraniaçu (140 m.), Clevelândia (100 m.), Catanduvas (30 m.), Campo Bonito (50 m.).
- Construção ponte sobre Ribeirão Pombal - vão 14 m. - localidade Estrada Pombal, Município de Bom Sucesso. Construção ponte sobre Ribeirão Cambará - vão 14 m. - localidade Estrada do Borba, Município de Bom Sucesso. Ponte Rio da Escrita, ligando a sede do Município de Rosário do Ivai a Pé de Galinha - vão 25 m. Ponte Rio Campineiro, ligando a sede do Município de Rosário do Ivai aos Distritos - vão 13m.
- Pavimentação com pedras poliédricas em km. conforme especificados e nos seguintes Município: Boa Vista da Aparecida (15 km.), Bom Sucesso do Sul (12 km.), Braganey (12 km.), Catanduvas (15 km.), Clevelândia (10 km.), São Jorge do Oeste (14,0 km.), Diamante do Sul (5 km.), Guaraniaçu (12km.), Ibema (10,0 km.), Jesuítas (10,0 km.), Nova Aurora (10,0 km.), Nova Laranjeiras (08 km.), Nova Prata do Iguaçu (12 km.), Salto do Lontra (10,0 km.), São João (20 km.), Saudades do Iguaçu (10,0 km.), Sulina (10 km.), Vitorino (20 km.).
- Ponte do Rio da Escrita ligando Rosário do Ivai a Barra da Escrita - vão (13 m.).- Ponte rio Alonso, ligando Rosário do Ivai a Ortigueira- vão 50 m. Ponte da Escrita, ligando Rosário do Ivai ao Distrito de Rio Branco, Município de Grandes Rios-vão 14m. Construção ponte concreto sobre o Rio das Antas-vão 14m. localidade Fazenda Santa Tereza Município de Mauá da Serra, construção ponte sobre o Rio Andorinha-vão 14m. Município de Mauá da Serra., construção ponte sobre o Rio Ivai, no trecho entre Grandes Rios e Jardim Alegre com comprimento de 350 m.
- Construção de uma ponte sobre o rio Lageado, com vão de 25 m. no Município de Curiúva que faz divisa com o Município de Sapopema.
- Asfaltamento da estrada que liga o Município de São Mateus do Sul-PR a divisa do Estado de Santa Catarina. extensão 25 km.
- Calçamento poliédrico do Município de Manoel Ribas aos Distritos de Santa Mariana do Sul, extensão 9 km. . Rio do Padre extensão 14 km., Santa Salete-Água Fria e Rio Polaco extensão 27 km.
- Ligação de 15 km. do Município de Ivaiporã aos Distritos de Alto Lageado e Romeópolis de 17 km. - com calçamento poliédrico.
- Melhoria da rede ferroviária municipal no trecho Peabiru - Silvianópolis - Barbosa Ferraz com a construção da ponte de concreto sobre o Rio Várzea, por contato conforme projeto número 4490.16885382.725.
- Pavimentação com calçamento poliédrico PR-239 a Campinas Belas de 17.000 m.
- Matelândia, pavimentação com calçamento poliédrico, de Matelândia a Comunidade Picada Benjamin, 15 km.
- Pavimentação com calçamento poliédrico do trecho rodoviário ligando a PR-182 a localidade denominada Colônia Vitória no Município de Lindoeste numa extensão aproximada de 17 km.
- Pavimentação com calçamento poliédrico do trecho que liga PR-180 a localidade de São Luís, numa extensão de aproximadamente 15 (quinze) km., no Município de Cascavel.
- Construir ponte sobre o Rio Lagoa Amarela nos locais: Betara-vão de 10,0 m ;Solimar -vão de 9,0 m.; Caravelas-vão de 11,0 m. , todas as localidades de Matinhos, Município de Santa Mariana, a PR-369. extensão 1,5 km. , asfaltamento da PR-518 ligando Santa Mariana a Santa Amélia.
- Recapeamento da avenida Delfin Moreira e da rua Laura Marchiori Spagolla, que interligam a BR-369. extensão de 22.000 m.



- Município de Bandeirantes. pavimentação asfáltica aos bairros Ormenez e Bairro Balsa do Corsine, extensão de 9,6 km. de estrada.
- Pavimentação asfáltica da sede ao Distrito de Nossa Senhora da Candelária, extensão de 14,8 km.
- Ponte de concreto sobre o Rio das Cinzas ligando o Município ao de Santo Antonio da Platina..
- Ponte de concreto sobre o Rio das Cinzas, Bairro Corsine.
- Pavimentação asfáltica entre o Município e o de Santa Amélia extensão de 25 km.
- Município de Cornélio Procopio, readequação de estradas da zona rural com pavimentação poliédrica, extensão 40 km., construção e recuperação de pontes dos seguintes Município: Rios do Andrades; Rio Tanque dos Franco em Rebouças; Rio Saltinhos, em Rebouças; Rio do Salto, Rio Ribeirão Retiro (10 m) em Quinta do Sol, Rio D'Areia em Inácio Martins, Rio Lontra (6 m), Barra Seca, em Corumbataí do Sul, ponte de 16 m. no Município de Peabiru, Rio Turvo 15 m, em Inácio Martins, Rio Mensane 20 m, em Inácio Martins, Rio Potinga 20m, divisa de Inácio Martins com Cruz Machado; Rio Carajá 9 m, em Ibiaporã, Rio Lambari 7 m, em Ubatã, 03 pontes no Rio Riozinho totalizando 21 m, em Farol, 03 pontes no rio Farol, totalizando 21 m, em Farol, 04 pontes no rio Goioerê totalizando 28 m, em Farol.
- Recuperação ponte localidade Pinho de Baixo 6,7 m, em Imbituva.
- Recuperação ponte Rio S. Joaquim - Bairro Santo Antonio em Corumbataí do Sul.
- Recuperação ponte Rio Bonita bairro Água Bonita, em Corumbataí.
- Recuperação ponte Rio Anta, bairro Água Anta, em Corumbataí do Sul.
- Recuperação ponte Faxinal dos Galvão 6m, em Imbituva.
- Recuperação da ponte localidade Bela Vista 10m, em Imbituva.
- Construção de 02 pontes no Rio das Antas, 15m, no Município de Irati.

- ASFALTO

- Trechos: Teixeira Soares - Guaragi (PR-438) extensão de 25 km.; Inácio Martins - Guamirim, extensão 26 km.;
- Inácio Martins - Guará, extensão 40 km.; Irati - São Mateus do Sul, extensão 55 km.
- Pavimentação Rua Vital Brasil (acesso da BR-557) em Araruna, extensão de 13,58 m.
- Pavimentação no perímetro urbano de Peabiru = 50.330 m.
- Pavimentação de Ubatã ao Distrito de Iolanda = extensão de 16 km.

- PEDRAS IRREGULARES

- Trechos: Irati - Gonçalves Junior, extensão 18 km.; Inácio Martins - Pirapó (Rodovia Edgard Andrade Gomes), extensão 10 km.; Imbituva - Boa Vista, extensão 10 km.; Imbituva - Guamiranga, extensão 1 km.;
- Imbituva - Apiaba, extensão 1 km.; Ubatã - Cidade Industrial, extensão 2,4 km.; Rodovia Marginal PR-465 - Araruna (saída para Peabiru); Rebouças - São Mateus do Sul.
- Construção de uma ponte de concreto, ligando Rio Negro ao Município da Lapa, trecho Barra Grande - Butiá, vão de 48 m., sobre o Rio da Várzea.
- Construção de passagem tipo trincheira na Avenida Minas Gerais em Apucarana (saída para Londrina e Curitiba), para dar acesso ao terminal rodoviário a ser construído nas proximidades.
- Reforma de ponte metálica ligando Rio Negro/PR a Mafra/SC.
- Pavimentação com calçamento poliédrico dos seguintes trechos rodoviários, no Município de Santo Antonio da Platina:

Conselheiro Zacarias - BR-153, extensão 7.000 m.; Água Branca - BR-192, extensão 5.000 m.; Taquaralzinho - PR-192, extensão 12.000 m.

- Icaraima, pavimentação asfáltica do trecho entre Vila Rica do Ivai e Jundiá, numa extensão de 08 km.
- Maria Helena, pavimentação asfáltica de 20.000 m².
- Mariluz, patrulha mecanizada para o Município.
- Flor da Serra, pavimentação asfáltica de 20.000 m² e calçamento de 60.000 m².
- Jacarezinho, pavimentação de 10.000 m² de ruas pluviais e avenidas.
- Mariluz, pavimentação asfáltica de 20.000 m².
- Jacarezinho, pavimentação asfáltica no Conjunto Habitacional de boas-fria, denominado Vila Scylas em 800 m².
- Nova Olímpia, pavimentação asfáltica no Conjunto Habitacional Batista Alves e pavimentação asfáltica numa extensão de 10.000 m² de ruas e avenidas.
- Ibaiti, construção da Avenida do Contorno, no bairro 25.
- Douradina, construção de ponte sobre o Rio Indoivai, que liga a estrada de Herculândia, numa extensão de 20.000 m.
- Iracema do Oeste, pavimentação asfáltica, na sede do Município.
- Altônia, pavimentação e urbanização da Avenida XV de Novembro.
- Maria Helena, pavimentação de 8.000 m. no Distrito de Carboneira.
- Wenceslau Bráz, construção de 05 pontes de concreto, totalizando 30 m. lineares.
- Francisco Beltrão, construção do contorno ligando o trevo de Água Branca até o trecho de Itapejara do Oeste, numa extensão de 08 km. de rodovia.
- Icaraima, conclusão de ponte sobre o Rio Paraná, no distrito de Porto Camargo, numa extensão de 3.600 m.
- Formosa do Oeste, recapeamento asfáltico numa extensão de 20.000 m. nos conjuntos habitacionais.
- Jesuítas, pavimentação asfáltica numa extensão de 20.000 m. nas ruas e avenidas, e recursos para aquisição de patrulhas mecanizadas.
- Marmeleiro, construção de seis pontes em alvenaria e pavimentação urbana com pedras irregulares, pelo sistema de mutirão, numa extensão de 20.000 m².
- Umuarama, construção de uma ponte sobre o córrego localizado na estrada da Água Azul, que liga o Distrito de Perobal a Alto Piquiri.
- Brasilândia do Sul, construção de pontes e bueiros.
- Xambrê, reurbanização da Avenida Roque Gonzales.
- Iracema do Oeste, patrulha mecanizada para adequação de estradas.
- Jesuítas, recursos para construção de duas pontes de concreto, nas Estradas Ipê e Pirapora.
- Pavimentação com calçamento poliédrico, nos trechos: Arroio Guaçu, no Município de Mercedes; Sede Municipal - Porto Britânia, no Município de Pato Bragado; Sede Municipal de São José das Palmeiras - Luz Marina; Estrada São Joaquim - Sede Municipal, até divisa de Diamante do Oeste, no Município de São José das Palmeiras e Quatro Pontes - Flor da Serra, no Município de Quatro Pontes.
- Obras de melhoramento em rodovias rurais, nos seguintes Município: Tibagi - 10 km., Ventania - 10 km., e Ipiranga - 10 km.
- Execução de pavimentação em C.B.U.Q., em diversas ruas localizadas no Município, com galerias de águas pluviais (à escolha).
- Cascalhamento para aproximadamente 40 km. dos cochos, via Barreirinho dos Beltão, Saltinho, Bugiu e Rebouças.
- Cascalhamento para aproximadamente 7 km., de Marmeleiro, via Tanque dos Francos até Barra dos Andrades.
- Construção de três pontes, sendo: uma sobre o Rio Barra dos Andrades e de outra no Tanque dos Francos e outra no Rio Saltinho.

NO CÓDIGO 4490.16885371.021 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Pavimentação da BR-369 a Nossa Senhora da Candelária, no Município de Bandeirantes - 13.000 m.
- Pavimentação da PR-092 a Ponte Nova - 6.000 m., no Município de Andirá.
- Construção de ponte no Rio das Cinzas, no Município de Bandeirantes.
- Pavimentação asfáltica ligando a BR-369 a Colônia Novo Mundo, no Município de Arapongas, num percurso de 6.700 m.



- Pavimentação asfáltica ligando Cruzeiro Fazenda Cochocirinha, no Município de Arapongas, num percurso de 6.000 m.
- Pavimentação da Rodovia PR-092, trecho Rio Branco do Sul - Cêro Azul, extensão de 38 km.; pavimentação da Rodovia BR-476, trecho Bocaiúva do Sul - Tunas do Paraná, extensão de 26 km.; pavimentação na Rodovia PR-281, trecho Tijucas do Sul - Agudos do Sul, extensão de 16 km.; duplicação da Rodovia dos Minérios PR-092, trecho Curitiba - Rio Branco do Sul; pavimentação da Avenida Anita Garibaldi, a partir do bairro Barreirinha, até a cidade de Almirante Tamandaré.
- Pavimentação asfáltica na PR-180, no trecho ligando o Distrito de Juvínópolis, Município de Cascavel, ao Município de Boa Vista da Aparecida, perfazendo uma extensão aproximada de 27 km.
- Executar a obra - ponte de concreto - sobre o Rio das Pedras, em Jordão, com vão de 30 m., no Município de Guarapuava.
- Executar a obra construção de ponte de concreto sobre o Rio Jordão, no ponto em que faz a ligação do entreposto da COPERSUL à localidade de Tanguá, com vão de 80 m., no Município de Guarapuava.
- Pavimentação asfáltica no trecho que liga a BR-277 até Goioxim, na PR-364, extensão de 47 km.
- Pavimentação asfáltica da rodovia que liga Guarapuava a Santa Maria do Oeste - trecho Palmeirinha/Campina do Simão/ Santa Maria do Oeste, extensão 64 km.
- Pavimentação asfáltica da rodovia que liga os Município de Palmital até Laranjal - extensão de 37 km.
- Pavimentação asfáltica da rodovia que liga a BR-277 até a sede do Município de Diamante do Sul - extensão de 15 km. - Ponte de concreto sobre o Rio Bananas com um vão de 40 m., no Município de Guarapuava.
- Ponte de concreto sobre o Rio Piquiri com um vão de 30 m., no Município de Guarapuava.
- Construção de pontes de concreto armado sobre o Rio Atuba, e pavimentação dos seus acessos, no Município de Pinhais.
- Pavimentação da Rodovia PR-092, trecho compreendido entre o Município de Cêro Azul e Jaguariava.
- Duplicação da Rodovia PR-092, entre os Município de Curitiba e Rio Branco do Sul.
- Conclusão da pavimentação da PR-092, trecho entre os Município de Cêro Azul e Rio Branco do Sul.
- Duplicação, incluindo obras de arte, da Rodovia Castro - Pirai do Sul.
- Pavimentação, incluindo obras de arte, na rodovia que liga Telêmaco Borba - Tibagi.
- Pavimentação, incluindo obras de arte, na rodovia que liga Guaragi - Teixeira Soares.
- Pavimentação asfáltica na PR-092, trecho interligando Rio Branco do Sul - Cêro Azul, trecho com 60 km, de extensão.
- Construção do trevo de acesso ao Distrito de Barro Preto, na PR-090. Reconstrução do trevo de acesso à cidade de Ortigueira, na Rodovia 376. Construção e pavimentação de um contorno utilizando como via de acesso a cidade de Ortigueira à Via Brasil.
- Construção e pavimentação de rodovias: trecho da PR-348 Ponta Grossa (Guaragi) a Teixeira Soares (27.000 m.) Trecho da PR-340 Telêmaco Borba a Tibagi (37.000 m.) Trechos da PR-487, Ipiranga, entroncamento da PR-522(Ivaí/Bom Jardim) 25.000 m., e de Ivaí - entroncamento da PR-293 (Cândido de Abreu/Três Bicos) 81.000 m.
- Construção de rodovias e duplicação da PR-151 entre Castro e Pirai do Sul, 27.000 m.
- Construção trecho Honório Serpa a PR-459 (localidade de Santo Antonio) no Município de Mangueirinha, com 21 km.
- Construção trecho sede de Boa Vista da Aparecida ao Distrito de Juvínópolis, no Município de Cascavel, com 28.000 m.
- Construção trecho sede de Rio Azul a Porto Soares, com 19.000 m.
- Construção de trecho Piên - Rio Negro, com 43 km.
- Trecho Cruz Machado a Foz do Areia, com 35.000 m.
- Trecho PR-281 - Mallet, a BR-476, no Município de São Mateus do Sul, com 38.000 m.
- Trecho São Mateus do Sul a Irati - PR-364, com 47.800 m.
- Sub-trecho da PR-446, Bituruna a Porto Vitória, com 49.000 m.
- Trecho da PR-449 ao Distrito de Coronel Domingos Soares, Município de Palmas, com 12.000 m.
- Sub-trecho PR-151 - São Mateus do Sul à barranca do Rio Negro, fronteira ao Município catarinense de Três Barras, com 27.000 m.
- Duplicação, através de terraplanagem e pavimentação, incluindo obras de arte, do trecho Castro-Pirai do Sul, PR-151, no trecho entre Castro e Pirai do Sul, com extensão de 28 km.
- Pavimentação, incluindo obras de arte necessárias, da Rodovia PR-438, no trecho entre Teixeira Soares e Guaragi, com extensão de 26 km.
- Pavimentação do trecho entre Veñtania e Ipiranga, pela Transbrasiliana, numa extensão de 90 km.

- Pavimentação, incluindo obras de arte necessárias, da PR-340, no trecho compreendido entre Tibagi e Telêmaco Borba, numa extensão de 36 km.
- Construção de um viaduto na Avenida Brasília, em Londrina.
- Conclusão da ligação asfáltica entre os Distritos de Alto Alegre e Santa Rita, no Município de Terra Roxa, num total de 12 km.
- Construção dos seguintes trechos: Porto Vitória e Bituruna - 47 km. PR-446; Bocaiuva do Sul a Tunas do Paraná PR-476; Tunas do Paraná a Adrianópolis - PR-476; Contorno Norte de Curitiba a Curitiba, 12 km. - PR-418; São Mateus do Sul a Três Barras - PR-151. Duplicação do trecho da Pr-151 -Castro a Pirai do Sul, com extensão de 29 km.
- Pavimentação da Estrada Boiadeira - BR-487, trecho Nova Brasília a Tuneiras do Oeste, numa extensão de 32 km.
- Pavimentação asfáltica da BR-476, trecho que liga Bocaiuva do Sul a Adrianópolis, extensão de 92 km.
- Pavimentação da rodovia que liga Abapã a Castro.
- Pavimentação da rodovia que liga Castro ao Distrito de Socavão.
- Pavimentação da estrada que liga Cidade Gaúcha - Guaporema - via Três Placas, extensão de 38 km.
- Pavimentação da rodovia que liga o Município de Tibagi a Telêmaco Borba.
- Pavimentação do trecho São Manoel do Paraná - Ponte Kennedy (Rio Ivaí) localizada na PR-466, ligação Paranavai/Rondon, numa extensão aproximada de 9 km.
- Construção Anahy - Braganey - Iguatu - Campo Bonito, 61.000 m. Construção viaduto sobre BR-467; construção de contenção (cortina atirantada) BR-277; construção de viaduto de acesso às marginais BR-277; construção Ipiranga - Ventania, BR-153, 90.000 m.
- Pavimentação do trecho Tuneiras do Oeste - Distrito de Aparecida do Oeste - estrada OW 402, numa extensão de 12 km.
- Construção das seguintes rodovias: Pitanga/Mato Rico, com 52 km.; Mamborê/Guarani/Nova Cantu, com 47 km.; São Mateus do Sul/Três Barras, com 32 km.; São Mateus do Sul/Irati, com 50 km.; Agudos do Sul/Tijucas do Sul, com 15 km.; Palmital/Laranjal, com 35 km.; Ubiratã/Iolanda/Quarto Centenário, com 40 km.
- Pavimentação asfáltica do trecho entroncamento de Rosário do Ivaí a Cândido de Abreu.
- Construção de rodovias para o Município de Maringá, a duplicação da rodovia PR-317 - Maringá/Campo Mourão, numa extensão de 80 km.
- Construção e pavimentação de rodovias em km., conforme especificados e nos seguintes Município: Boa Vista da Aparecida - Juvinópolis - Cascavel - 30 km.; BR-277 - Diamante do Sul - 15 km.; Chopinzinho - Coronel Vivida - 16 km.; Cafelândia - Palmitópolis - Jotaesse (Tupãssi) 12 km.; Quedas do Iguaçu - Três Barras do Paraná - Boa Vista da Aparecida - 65 km., e Campo Bonito - Braganey, 27 km.
- Construir uma obra de arte na PR-576, de uma ponte de cimento em concreto armado sobre o Rio Ivaí, com uma extensão de 150 m., na rodovia estadual que liga os Município de Santa Monica e Tapira.
- Construção e pavimentação asfáltica do trecho da PR-218, que liga a sede do Município de Querência do Norte ao Porto Caiuá, às margens do Rio Paraná, na divisa do Estado do Mato Grosso do Sul, numa extensão de aproximadamente 40 km.
- Pavimentação do trecho da rodovia PR-218, que liga a sede do Município de Querência do Norte à sede do Município de Icaraima, passando pelo Porto Natal e Pontal do Tigre. Pavimentação da estrada que liga a sede do Município de Loanda a Porto São José, no Município de São Pedro do Paraná.
- Pavimentação da estrada que liga a sede do Município de Marilena ao Porto São José, no Município de São Pedro do Paraná. Pavimentação do trecho da rodovia PR-485, que liga a sede do Município de Querência do Norte ao Porto Brasília. Pavimentação da estrada que liga a sede do Município de Querência do Norte ao Porto Querência. Pavimentação do trecho de estrada que parte da PR-576 até o Porto Belo, no Município de Querência do Norte. Pavimentação da estrada que liga a PR-218, até a sede do Município de Nova Londrina.
- Doutor Camargo - construir acesso PR-323/Rio Bandeirantes - 1.500 m. Florai - construir Contorno Norte PR-467. Mandaguaçu - construir Rodovia Polinópolis-Bairro Andreotti, 12.000 m; Maringá - construir Rodovia Maringá-Ângulo, 24.000 m e Maringá/Tupinanbá/Astroga, 25.000 m; Ourizona - construir contorno PR-552, 1000 m.;
- Paiçandu - construir rodovia Paiçandu/Ourizona, 25.000; Rolândia, construir rodovia, Rolândia/Pitangueiras 20.000 m.; São Carlos do Ivaí- construir contorno PR 467; São Carlos do Ivaí, construir contorno PR-467, 4.000 m; São Jorge do Ivaí , construir Contorno Oeste PR-554, 3.000 m; e Maringá construir rodovia Maringá/Aquidaban/Bom Sucesso 21.000 m.



- Construção de uma obra de arte, referente a ponte sobre o Rio do Tigre, na saída da cidade de Nova Londrina.
- Construção de uma obra de arte, referente a ponte sobre o Rio Lica na estrada que liga a sede do Município de Amaporã ao Distrito de Nordestina.
- Construção e pavimentação da duplicação da BR-376, no trecho de Alto Paraná a Paranavaí para atender a Cooperativa de Citros de Paranavaí; construção e pavimentação de um trecho de rodovia com 6.500 m., ligando a sede do Município de Marilena com a rodovia PR-577. Construção e pavimentação da rodovia do trecho que liga o Município de Amaporã passando pelo distrito de Nordestina, com Município de Mirador. Recuperação da estrada do Rio do Tigre, no Município de Nova Londrina. Abertura de uma estrada paralela a PR-569, Nova Londrina a Marilena.
- Pavimentação da pista de pouso do aeroporto municipal de Nova Londrina.
- Asfaltamento do trecho da PR-443, que liga o Município de Rancho Alegre ao Município de Jataizinho, passando pelo Distrito de Frei Timóteo, perfazendo um total de 18 KM.
- Construção do contorno Leste e acesso a sede a PR-170, quantidade de 3,8 KM.
- Asfaltamento do trecho da PR-442, que liga o Município de Assaí, a BR-369, passando pela seção Palmital, perfazendo um total de 15 Km.
- Asfalto da rodovia municipal que liga o Município de Bandeirantes a Sertãozinho.
- Construção da ponte sobre o Rio Cinzas (Bairro Corsinc), que liga o Município de Bandeirantes a Santo Antonio da Platina.
- Pavimentação asfáltica da PR-151, trecho que liga São José da Boa Vista e Sengés.
- Pavimentação do trecho de 4 KM., da estrada Pavão em Umuarama.
- Pavimentação no trecho de Mariluz ao Distrito de São Luiz em 16 Km.
- Pavimentação do trecho de Iporã ao Distrito de Oroite.
- Pavimentação do trecho Umuarama ao Distrito de Vila Nova União.
- Pavimentação do trecho Bairro Bela Vista - PR-555, até a sede do Distrito de Ivaitinga.
- Pavimentação asfáltica do trecho que interliga as sedes dos Município de Inajá com Santo Antonio do Caiuá.
- Construção das seguintes rodovias: Piên - Lageado - Rio Negrinho - 12.000 m; Antonio Olinto - Rio Negro - 20.000 m.; Piên - Rio Negro - 39.000 m; Lapa (Butiá) - Rio Negro - 22.000 m.
- Fica destacado o valor de 700.000.000,00 (Setecentos milhões de cruzeiros reais), para construção de vias pavimentadas ao longo da margem do Rio Camboi, bem como a canalização a recuperação Ambiental e urbanização do fundo do vale do Rio Camboi em uma extensão de 30.000 KM.
- Asfaltamento da estrada do Limoeiro no Município de Londrina.
- Construção de 70 Km., de estradas vicinais, dentro do Município de Pinhais.
- Terraplanagem e pavimentação do trecho Capanema - Marmelândia, com extensão de 36.870 m, incluindo a construção da ponte sobre o Rio Siêmens, com extensão de 75,14 m, e da ponte sobre o Rio Capanema, com extensão de 105,58 m.
- Ligação Nova Prata do Iguaçu - entroncamento PR-473, 20 Km.
- Construção e pavimentação asfáltica da rodovia ligando as localidades de Dois Vizinhos a Salto Caxias, passando por Boa Esperança do Iguaçu e Nova Prata do Iguaçu, numa extensão de 57.000 m.
- Duplicação da rodovia BR-467, Cascavel - Toledo , 39 Km.
- Pavimentação Teixeira Soares - Guaragi.
- Pavimentação Ivai - Três Bicos (Cândido de Abreu), 70.000 m.
- Construção da rodovia entre posto fiscal - Balneário de Shangri-lá no Município de Paranaguá.
- Construção de acostamento nos dois lados da PR- 412 no trecho entre Praia de Leste e Pontal do Sul (Ponta do Poço).
- Construção (complementação) da rodovia entre Antonina e Guaraqueçaba.
- Pavimentação e demais obras de Arte, no contorno Norte, para completar o Anel Viário de Maringá e região numa extensão de 25.000 m.
- Pavimentação asfáltica dos trechos: que liga o contorno Leste a rodovia 376 e rodovia 444, no Município de Mandaguari extensão de 4 km. e que liga o Município de Barbosa Ferraz a Iretama. Iniciando na rodovia 462 que sai do Distrito de Tereza Breda, passsando pelo Distrito de Paraíso e Água Fria, até a rodovia 487, com extensão de 40 km. .
- Construção de dois trevos no Município de Jandaia do Sul, sendo um deles na entrada central do Município e o outro no contorno Sul.



- Pavimentação do trecho, que liga: a sede do Município de Kaloré ao Distrito de Jussara, no mesmo Município; o Distrito de Jussara no Município de Kaloré até o Município de São Pedro do Ivaí, com extensão de 12 km., e do Município de São João do Ivaí ao Distrito de Ubaúna, no mesmo Município com extensão de 15 km.
- Construção asfáltica de uma segunda pista, no Município de Jandaia do Sul, no trecho urbano iniciando no IBC até a Sociedade Rural, numa extensão de 3 Km.
- Pavimentação asfáltica do trecho que liga o Município de Rio Bom ao Município de Novo Itacolomi, interligando-se a rodovia do Minho, com extensão de 12 km.
- Construção de obras de artes especiais, no trecho de estrada que liga Coronel Vivida a Chopinzinho, PRT-178
- Construção de obras de artes especiais, no trecho de estrada que liga Capanema até Marmeleiro, BR-162.
- Construção de obras de artes especiais, no trecho de estrada que liga Nova Prata do Iguçu até a entrada da PR-373.
- Pavimentação asfáltica da PRT-467, Toledo - Quatro Pontes, via Vila Ipiranga e Dois Irmãos, e a pavimentação asfáltica que liga o Distrito de Alto Alegre ao de Santa Rita do Oeste, no Município de Terra Roxa.
- Pavimentação asfáltica no Município de Cianorte.
- Construção do trecho Tibagi - Telêmaco Borba, totalizando uma extensão de 40 km.
- Construção do trecho Alto Alegre - Santa Rita, no Município de Terra Roxa, totalizando uma extensão de 12 km.
- Construção e pavimentação da rodovia, ligando Toledo à São Luiz do Oeste, numa extensão de 18,00 m.
- Construção e pavimentação da rodovia, ligando o Município de Iguatu até Braganey, numa extensão de 13.000m.
- Construção e pavimentação da rodovia, ligando o Município de Palotina até Nice do Município de Assis Chateaubriand, via PR-364, com extensão de 6.500 m..
- Construção de viaduto sobre a linha férrea, ligando a Av. Gastão Vidigal e a Av. Guaiapó no Município de Maringá.
- Construção de rodovia, com extensão de 30.000 m., ligando o Município de Diamante do Norte e a BR-376.
- Pavimentação alástica da PR-082, trecho Grandes Rios - Barra Preta, Município de Jardim Alegre.
- Construção de rodovia entre Arapuá (Município de Ivaiporã) e o trevo de acesso a Iretama, na PR-460, passando pelo Distrito de Poena (Nova Tebas).
- Pavimentação da PR-364 entre Laranjal - Palmital, extensão de 30.000 m..
- Pavimentação asfáltica da PR-535, ligando a PR-487 (Município Candido de Abreu) à PR-082, (Município de Grandes Rios), passando por Rio do Tigre e Rio Branco.
- Pavimentação asfáltica da PR-462, trecho de Teresa Breda (Barbosa Ferraz) a PR-460.
- Construção de ponte sobre o Rio Ivaí, na localidade de Teresa Cristina ligando Candido de Abreu a Prudentópolis.
- Construção de ponte sobre o Rio Curumbataí, na localidade de Ferradura, ligando o Município de Godoy Moreira ao de Iretama.
- Construção de ponte sobre o Rio Ivaí, na localidade de Balsa do Marolo (Jardim Alegre).
- Duplicação da rodovia PR-558, trecho Perimetral Tancredo de Almeida Neves, até a sede da nova Santa Casa Regional no Município de Campo Mourão.
- Pavimentação asfáltica em: Wenceslau Braz, 25 Km. de pedras irregulares em estradas rurais; Nova Olímpia, um quilometro ligando a PR-082 a PR-480; Ibaiti 67 Km., da sede ao Município de Ribeirão do Pinhal; Alto Piquiri: 1 Km., ligando a sede do Município a PR-486; Umuarama: 22Km., Estrada Perobal e, Saltinho do Oeste, ligando o Distrito de Perobal a Saltinho do Oeste; Brasilândia do Sul, recursos para pavimentação de meios fios, sargetas e obras complementares e recursos para obras de duplicação de acesso ao Município; Icaraíma: 17 Km., do trecho da sede do Município a Santa Elisa e trecho urbano no Distrito de Porto Camargo e loteamento de Vista Alegre, no ponto turístico de Porto Camargo.
- Implantar e construir contorno de Ouro Verde do Oeste com extensão de 4 Km. Completar o contorno da cidade de Toledo com pavimentação Perimetral Norte, extensão 7 Km.
- Duplicação da rodovia PR-151, 28 Km., no trecho de Castro - Pirai do Sul.

SECRETARIA DO ESTADO DA CULTURA E DO ABASTECIMENTO

NO CÓDIGO 3901.041181832.702 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Apoio necessário à conclusão do prédio Exposição Feira Agropecuária - EFAPI - no Município de Santo Antonio da Platina.



- Aquisição de trator comunitário, caminhão caçamba, esparramador graneleiro de 10.000 toneladas de calcário.

NO CÓDIGO 3906.04140772.705 DESTACA-SE A SEGUINTE ATIVIDADE:

- Promover a incorporação de áreas de até 3 módulos rurais ao processo de produtivo de alimentos básicos. O uso de irrigação por inundação na cultura de arroz e na aspersão, na produção de olerícolas e frutíferas assim como o uso de plasticultura no cinturões verdes dos Município paranaenses.
- O apoio técnico e financeiro ao programa de viticultura que está sendo desenvolvido no Município de Rosário do Ivaí que já conta com 100 produtores.

NO CÓDIGO 3906.04160982.708 DESTACA-SE A SEGUINTE ATIVIDADE:

- Instalação de 05 (cinco) unidades de cozinha comunitária no Município de Londrina.

NO CÓDIGO 3907.04150882.709 DESTACA-SE A SEGUINTE ATIVIDADE:

- Criar centro de produção Animal nos Município: Doutor Camargo, Florai, São Jorge do Ivaí, Mandaguçu, Ourizona, Mandaguari, Marialva, Paissandú, Sarandi, Mirador, Floresta, Itambé, Ivatuba, Terra Boa, Jus-sara, Engenheiro Beltrão, Japurá, Alto Paraná, Uniflor, Angulo, Iguaçu e Astorga.

NO CÓDIGO 4082.04100552.700 DESTACA-SE A SEGUINTE ATIVIDADE:

- Implantação de viveiros no Município de Cidade Gaúcha para produção de mudas de abacaxi, acerola, maracujá e mamão.
- Apoio ao fomento e a produtividade agropecuária de Londrina.

NO CÓDIGO 3904.04160972.784 DESTACA-SE A SEGUINTE ATIVIDADE:

- Construção de abatedouro municipal para os Município de: Teixeira Soares, Arapoti e Irati.
- Apoiar reforma, readequação e construção de abatedouros municipais - "construir um abatedouro de aves no Município de Engenheiro Beltrão".
- Apoio à Prefeitura Municipal de Diamante do Sul no que concerne a instalação e/ou construção de um abatedouro municipal.
- Instalação de 02 (dois) abatedouro no Município de Londrina.

NO CÓDIGO 3901.04401813.032 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADE:

- Florai - transferir recursos ao Município para Projeto de Fundo de Vale, no valor de CR\$ 28.000.000,00.
- Adquirir 03 (três) tratores agrícolas para os seguintes Município: Santo Antonio do Caiua, Munhoz de Mello, Guairaça, Almirante Tamandaré, Guaraci, Maria Helena, Nova Aliança do Ivaí, Tunas do Paraná, Bocaiuva do Sul, Castro, Santa Isabel do Ivaí e Paraíso do Norte.

NO CÓDIGO 4073.04181112.886 DESTACA-SE A SEGUINTE ATIVIDADE:

- Organizar em áreas do Estado ou a serem adquiridas, fazendas - modelo fundadas em relações cooperativas e destinadas à incorporação de trabalhadores volantes e sem terras, quantidade 10 (dez).

NO CÓDIGO 4085.04160962.885 DESTACA-SE A SEGUINTE ATIVIDADE:

- Construção do mercado modelo no Município de Morretes.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

NO CÓDIGO 4696.13070212.465 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Refomar Complexo Hospitalar de Piraquara - IAP - sede. 13.242 m².
- Execução de base cartográfica para a Bacia do Rio das Antas, Irati; rede de água e tratamento de esgoto meio ambiental rural - 4.000 famílias.

NO CÓDIGO 4503.13771031.172 DESTACA-SE A SEGUINTE ATIVIDADE:

- Recuperação de matas ciliares do Rio Tibagi, na área urbana do Município de Londrina.

SECRETARIA DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

NO CÓDIGO 5501.11070202.541 DESTACA-SE A SEGUINTE ATIVIDADE:

- Construção de 02 (dois) pavilhões no Município de Corbélia e 02 (dois) no Município de Missal, para atender os projetos de micro-indústrias.

NO CÓDIGO 5504.11623461.115 DESTACA-SE A SEGUINTE ATIVIDADE:

- Implantação de novos parques industriais no Município de Londrina.

NO CÓDIGO 5504.11623462.546 DESTACA-SE A SEGUINTE ATIVIDADE:

- Viabilizar infra-estrutura dos parques industriais existentes em Londrina.
- Adquirir e implantar equipamentos de informática de sistemas aplicativos.


SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NO CÓDIGO 3304.08572091.089 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Implantação de Casas Rurais nos Município de Cornélio Procopio, Bandeirantes e Santa Mariana.
- Construção de casas familiares, para os seguintes Município: Irati, Prudentópolis, Imbituva, Inácio Martins, Quinta do Sol, Corumbatai do Sul, Araruna, Ubiratan, Peabiru, Farol, Rebouças e Juranda.
- Implantação de casas familiares rurais nos Município de: Paissandu, Florai, Presidente Castelo Branco, Mandaguaçu, Ivatuba, Floresta, Itambé, Ângulo, Iguaçu, Astorga, Quinta do Sol, São Jorge do Ivaí, Santa Fé e Doutor Camargo.

NO CÓDIGO 3302.08401831.083 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Construção de uma escola estadual no Conjunto Habitacional Anita Moreira, no Município de Jacarezinho PR.
- Ampliação da Escola Estadual Colégio Luiz Setti e Colégio Estadual Anésio de Almeida Leite.
- A construção de uma escola sobre sistema multirão para o bairro Aeroporto, no Município de Jacarezinho PR.



NO CÓDIGO 3302.08401831.091 DESTACA-SE A SEGUINTE ATIVIDADE:

- A conclusão da escola estadual Vila Maria no Município de Jacarezinho.

NO CÓDIGO 3301.08070202.787 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Apoio financeiro de CR\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros reais) para a Campanha Nacional das Escolas da Comunidade do Paraná, para execução de sua política de ensino no Estado.
- Iracema do Oeste, construção de ginásio de esporte. Jussara, construção de uma quadra coberta. Jussara, aquisição de 01 (um) ônibus para transporte escolar. Jussara, construção de ginásio de esporte. Formosa do Oeste, recursos para aquisição de 01 (um) ônibus. Formosa do Oeste, aquisição de 02 (duas) kombis para transporte escolar. Jesuítas, aquisição de 02 (dois) ônibus para transporte escolar. São Jorge do Patrocínio, aquisição de 01 (um) micro-ônibus para transporte escolar.
- Marmeleiro, aquisição de 02 (dois) ônibus para transporte escolar.
- Jacarezinho, aquisição de 02 (dois) micro-ônibus para transporte escolar.
- Nova Olímpia, aquisição de 02 (dois) micro-ônibus para transporte escolar.
- Maria Helena, aquisição de 01 (uma) kombi para transporte escolar.
- Pérola, aquisição de kombi para transporte escolar.
- Pérola, aquisição de 02 (dois) ônibus para transporte escolar.
- Maria Helena, aquisição de 03 (três) ônibus para transporte escolar.

NO CÓDIGO 3300.08401831.084 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Aquisição de equipamentos para o setor audiovisual da Secretaria Municipal de Londrina.
- Aquisição de material pedagógico, acervo de literatura para as bibliotecas escolares e materiais específicos para as práticas esportivas e recreativas desenvolvidas nas escolas municipais de Londrina.
- Capacitação dos professores da Rede Municipal do Ensino de Londrina.

NO CÓDIGO 3470.08430251.086 DESTACA-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Construção de uma casa familiar rural na cidade de Marechal Cândido Rondon.
- Construir e equipar "Casa Familiar Rural" nos Município de Cantagalo, Dois Vizinhos e Cascavel.

NO CÓDIGO 3470.08401831.088 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Ampliação de escolas municipais no Município de Terra Rica.
- Construção de uma unidade escolar no Jardim Santa Cecília, sede do Município de Manoel Ribas, com área de 1.148 m².
- Construção de uma escola profissionalizante agrícola, no Município de Santo Antonio da Platina.
- Flor da Serra do Sul, ampliação de escolas municipais. Wenceslau Bráz, construção de 03 (três) escolas municipais rurais. Marmeleiro, construção de um colégio com 10 (dez) salas de aula. Jesuítas, construção de unidades escolares. Iracema do Oeste, construção de uma sala de aula no Colégio Estadual Getúlio Vargas. Xambrê, construção de calçadas nas escolas, Wallace Thadeu de M. e Silva e Colégio Estadual Paulo VI. Maria Helena, construção de 04 (quatro) salas de aula. Francisco Beltrão, construção de 08 (oito) salas de aula no bairro Cristo Rei e 8 (oito) salas de aula no bairro Industrial. Brasilândia do Sul, recursos para construção e reformas para unidades escolares no Município. Formosa do Oeste, recursos para cobertura de cancha nos Colégios Rui Barbosa, Antonio F. F. da Costa, Santa Isabel, Machado de Assis, Prof. Ayrton Geraldo de Lima. São Jorge do Patrocínio, recursos para aquisição de equipamentos para as escolas. Marmeleiro, aquisição de móveis e equipamentos diversos. Icaraima, recursos para ampliação e recuperação das escolas Antonio F. F. da Costa, Castelo Branco, Benjamim Constant, Porto Camargo.
- Expansão e melhoria da rede física e escolar do Município de Londrina.
- Construção de 75 (setenta e cinco) salas de aulas, em 11 (onze) escolas, totalizando 4.875 m², visando a eliminação de turnos intermediários, no Município de Londrina.

NO CÓDIGO 3470.08421882.769 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Dotar as escolas estaduais de laboratórios didáticos-experimentais de física, química e biologia, 2.000.
- Construir uma escola Técnica Agropecuária no Município de Ponta Grossa.
- Equipamento de material permanente no ensino às escolas dos seguintes Município: Quitandinha; Fazenda Rio Grande; Tijucas do Sul; Mandirituba e Matinhos.

NO CÓDIGO 3470.08401831.087 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Construção e instalação de um colégio agrícola no Município de Ibaiti.
- Construção de 220 salas de aula em bairros e conjuntos habitacionais de Ponta Grossa.
- Construção de 30 (trinta) salas de aula em Ventania.
- Construção de 30 (trinta) salas de aula em Ipiranga.
- Construção de 40 (quarenta) salas de aula em Tibagi.
- Ampliação do colégio Rainha da Paz, no Município de Alto Paraná.
- Guarapuava, construção de 08 (oito) salas de aula e Escola Municipal de Vila Santana no bairro de Vila Santana.
- Guarapuava, construção de 05 (cinco) salas de aula da Escola Municipal Parque das Árvores, no bairro Parque das Árvores.

NO CÓDIGO 3300.08421881.775 DESTACA-SE A SEGUINTE ATIVIDADE:

- Aquisição de "kit" de material didático-pedagógico para as turmas de pré-escola da rede municipal de ensino de Londrina.

NO CÓDIGO 3300.08452132.779 DESTACA-SE A SEGUINTE ATIVIDADE:

- Reprodução de módulos de estudos nas diversas áreas do conhecimento, para distribuição aos alunos do programa de educação de jovens e adultos da rede municipal de ensino de Londrina.

NO CÓDIGO 3304.08492522.781 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Construir a escola especial de deficientes auditivos da Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos - APADA, de Toledo, com área de 350,00 m² - entidade sem finalidade lucrativa.
- Manter recursos para aquisição de 01 (um) veículo Kombi para a Prefeitura Municipal de Maripá, para transportes de alunos excepcionais que frequentam a escola da APAE em outros Município.
- Construção de uma escola rural especial no Município de Ponta Grossa, 600,00 m².
- Oferecer aos portadores de excepcionalidades em escolas da rede públicas e nas entidades mantidas pela Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, no sentido de firmarem convênios de cooperação técnico-financeira nos Município de: Bandeirantes, Cornélio Procopio e Santa Mariana.

NO CÓDIGO 3304.08431962.777 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Ampliar as instalações físicas da Escola Agrícola de Toledo, com um aumento de área construída de 500,00 m².
- Construção de 13 salas de aula, para cada um dos municípios de Ivai e Teixeira Soares.
- Aquisição de um ônibus escolar para cada um dos Município de Teixeira Soares e Ivai.
- Construção e instalação físicas para o Município de Quedas do Iguaçu.
- Construção de uma creche para cada um dos Município de Cêro Azul e Ivai.

NO CÓDIGO 3470.08070252.632 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Requer-se a construção de 06 quadras poliesportivas para o Município de Pinhais.
- Construção de 04 salas de aula na Escola Municipal de Cachoeira no Município de Antonina.
- Construção de quadras de esportes cobertas nos Colégios Estaduais de Maringá e Sarandi.



- Destacar como prioritário os estabelecimentos de ensino da rede estadual não beneficiados no presente ano e localizados nos seguintes Município : Marechal Cândido Rondon, Pato Bragado, São José das Palmeiras, Quatro Pontes, Entre Rios do Oeste, Mercedes, Santa Helena, Nova Santa Rosa, Corbélia, Guaíra, Terra Roxa (Distrito de Santa Rita do Oeste), Tupãssi, Maripá, Assis Chateaubriand (Distrito de Bragantina), Vera Cruz do Oeste, Missal, Ouro Verde do Oeste, Itaipulândia, Alto Piquiri, São Miguel do Iguaçu, Matelândia, Santa Terezinha do Itaipu e Rio Bonito.
- Construir canchas esportivas polivalentes cobertas, em Colégios Estaduais e Municipais, sendo: Toledo (3 canchas nos Distritos e 2 nos bairros), Formosa do Oeste (2 canchas nos Bairros), Iguatu (1 cancha na cidade), Maripá (1 cancha na cidade), Tupãssi (1 cancha na cidade), Nova Santa Rosa (1 cancha na cidade e 1 no interior), Assis Chateaubriand (1 centro poliesportivo na cidade e 2 em distritos no interior).
- Construir quadras de esportes nos Município de: Ponta Grossa (10), Ventania (02), Ipiranga (02), Tibagi (02).
- Construir quadras de esportes no Colégio Estadual Dom Pedro II em Umuarama.
- Construir quadras de esportes no Colégio Estadual Tiradentes no Município de Cafezal do Sul.
- Construção de duas escolas em alvenaria, cada uma com 164 m², no Município da Lapa.
- Construção de escolas no Bairro Coroados.
- Construção de quadra esportiva para a Escola Estadual Odete Borges Botelho, no Município de Pitangueiras.
- Construir escolas nas seguintes localidades: Bairro Sanepar, em Inácio Martins, Bairro Água Santa, em Corumbatai do Sul, Bairro Água Sabugueiro, em Corumbatai do Sul. Escola com 10 salas na zona urbana em Prudentópolis, com 20 salas na zona rural em Prudentópolis no bairro Mercadão, Fazenda Santa Lúcia, Corumbatai do Sul, escola com 03 salas na zona rural de Ubitatã, com 04 salas na localidade de Assungui em Teixeira Soares. Ampliar em 3 salas a Escola São Judas Tadeu, em Quinta do Sol; em 2 salas a Escola do Município de Farol; em 2 salas a Escola Tancredo Martins, em Iratí; a Escola da Boa Vista, no Município de Imbituva; a Escola São Miguel do Município de Imbituva; Escola do Bocó, no Município de Imbituva; Escola do Tigre, no Município de Imbituva; Escola Estadual 29 de Novembro, no Município de Araruna; Escola Princesa Isabel no Município de Araruna; complexo Castro Alves, no Município de Araruna; Escola em 3 salas de aula, na sede do Município de Peabirú; Escola Municipal Padre Ladislau Maibuk, do Município de Teixeira Soares; reforma da Escola Rolf Conrado Mayer, da localidade Foresta e Teixeira Soares; ampliar em 04 salas de aula no Município de Rebouças; construir Escola Adolfo Pereira Andrade, localidade Bugio, em Rebouças; ampliar Escola Rural Municipal N. S^a. de Lourdes, localidade de Água Quente dos Luz, no Município de Rebouças; ampliar Escola Rural Municipal São Sebastião, localidade Potinga, Rebouças; ampliar Escola Municipal Leonardo Krul, localidade de Faxinal dos Marmeleiros, no Município de Rebouças.
- Ampliação dos Colégios Estaduais nos Município de: Guaraci, Santa Fé, Nova Aliança do Ivaí, Almirante Tamandaré, Guairacá, Castro, Marilena, Maria Helena, Tunas do Paraná, Mirador, Bocaiúva do Sul, Paranapanema.
- Construção de quadras de esportes do Projeto Nossa Quadra, nos seguintes Município : Campo do Tenente, Santa Maria do Oeste, Mato Rico, Nova Tebas, respectivamente as Escolas: Victor Bussmann, José de Anchieta, Adélia Bianco Seguro, Elias Papanastácio.
- Construção de 1 prédio escolar com 20 salas de aula na sede do Município de Mauá da Serra, construção de canchas de esporte na localidade de Serra do Cadeado e Vila Maria, ampliação do Colégio Estadual José Siqueira Rosas em 06 salas de aula, no Município de Rosário do Ivaí, reforma da Escola rural Municipal Bom Jesus, na localidade de Bom Jesus, no Município de Bom Sucesso.
- Construção de uma quadra poliesportiva coberta nos Município de Bom Sucesso do Sul, Braganey, Catanduvas, Diamante do Sul, Iracema do Oeste, Nova Prata do Iguaçu, São João, Saudade do Iguaçu, Sulina.
- Construção e reforma de sala de aula nos Município de Santo Antonio da Platina e Abatiá.
- Construção de quadras de esportes cobertas, no Colégio Estadual Prof. João de Oliveira Gomes em Campo Mourão; e nos Município de Luiziana e Iretama, conforme projeto acima citado.
- Ampliação de salas de aulas nas escolas 29 de Novembro e Princesa Isabel, Município de Araruna.
- Ampliação de mais 05 salas de aula no Município de Guarapuava, na Escola Municipal São Pedro - Bairro Xarquinha.
- Ampliação de 06 salas de aula no Município de Guarapuava, na Escola Municipal Pedro Itararé, Bairro Vila Colibri.
- Construção de 01 prédio Escolar com 08 salas de aulas, no Bairro Conjunto Aguias, sede do Município de Arapongas para atender o acesso a educação escolar do seus moradores.



- Construção de 01 prédio escolar com 08 salas de aula no bairro Flamingos III, sede do Município de Arapongas, para atender o acesso a educação escolar dos seus moradores.
- Construção de 01 prédio escolar com 08 salas de aula no bairro Vila Araponguinha, sede do Município de Arapongas para atender o acesso a educação escolar dos seus moradores.
- Construção de 01 prédio escolar com 08 salas de aula no bairro Conjunto Padre Bernardo, sede do Município de Arapongas para atender o acesso a educação escolar de seus moradores.
- Ampliação da Escola Durval Ramos Filho, a construção de 10 salas de aula, para comportar alunos da 5ª a 8ª séries, 530 m², construção de 01 quadra poliesportiva na escola Durval Ramos Filho na metragem 24x36,864 m² no Município de Andirá.

NO CÓDIGO 3300.08072172.7741 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Construção de orquidário, estufa de plantas nativas e horto florestal.
- Construção das seguintes creches no Município de Jacarezinho: Vila Rosa, Vila São Pedro e Bairro Dom Pedro Felipak.
- Apoiar a construção das creches no Município de Matinhos: creche na localidade de Mangue Seco; creche na localidade de Rio da Onça e ampliação da creche na localidade de Sertãozinho.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

NO CÓDIGO 350.13754282.564 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Construção de um módulo sanitário para cada um dos Município de: Jaguariaíva, Arapoti e Cerro Azul.
- Destinação de módulos dos seguintes Município: (100) Boa Vista da Aparecida, (100) Bom Sucesso do Sul, (100) Braganey, (100) Campo Bonito, (150) Catanduvas, (100) Crevelândia, (200) Guaraniaçu, (100) Ibema, (100) Jesuítas, (100) Iracema do Norte, (100) Nova Aurora, (100) Nova Prata do Iguaçu, (120) Salto do Lontra, (200) São João, (100) Saudade do Iguaçu e (100) Sulina.
- Alterar a meta "adquirir e distribuir preservativos" - quantidade 1.500 - para quantidade 4.500 (quatro mil e quinhentos).

NO CÓDIGO 3112.0630179.059 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Acrescer ao programa os seguintes itens: - ações e prevenção de acidente de trânsito, através de ampla campanha informativa e educativa de caráter rotineiro, através de veículos de comunicação de massa para atingir o conjunto da população e através de veículos específicos tendo como alvo os motoristas, engloba-se nesta campanha o uso de cinto de segurança nas estradas e cidades, custo estimado US\$ 56.000 (cinquenta e seis mil dólares), sem considerar curso de veiculação na média.
- Expandir o SIATE em Araucária (02), expandir o SIATE em Campo Largo (02), expandir o SIATE em Cascavel (02)

NO CÓDIGO 3674.13750212.566 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Transferências de recursos para centros e postos de saúde rurais do Município de Doutor Camargo, Florai, São Jorge do Ivaí, Paiçandu, Sarandi, Quinta do Sol, Ângulo, Iguaçu, Presidente Castelo Branco e Mandaguáçu.
- Ampliação, reparação e compra de equipamentos para os seguintes postos de saúde: Posto de Saúde do Município de São João do Caiuá; Posto de Saúde do Município de Alto Paraná e Posto de Saúde do Município de Mandaguáçu.
- Aquisição de ambulância para os Município de Ivaí e Cerro Azul.

NO CÓDIGO 3674.13754282.560 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Aquisição de uma ambulância para os Município de Presidente Castelo Branco, Astorga, Paiçandu, São Jorge do Ivaí, Florai, Sarandi, Quinta do Sol, Floresta, Itambé, Ivatuba e São Carlos do Ivaí.

21

- Construir hemocentro de 1.200 m² em Umuarama.
- Compra de uma ambulância para os Município de Ventania, Pirai do Sul, Doutor Ulisses e Sengés. Compra de duas ambulâncias para os Município de Ipiranga e Tibagi.
- Acrescer ao Fundo Estadual de Saúde o Programa Estadual de Prevenção de Câncer ao Colo Uterino.
- Acrescer ao Fundo Estadual de Saúde o Programa Estadual de Melhora da Assistência à Gestante e ao Recém-nascido.
- Acrescer ao Fundo Estadual de Saúde o Programa de Atendimento ao Traumatizado e Vitimas de Acidente de Trânsito.
- Apoiar com recursos construção e reforma de hospitais municipais; destinar recursos para construção do hospital municipal de Doutor Camargo, no valor de CR\$ 20.000.000,00; destinar recursos para reformas, ampliações e equipamentos do hospital municipal de Florai, no valor de CR\$ 20.000.000,00.
- Inclua-se no código os seguintes códigos e seus respectivos valores: - 3674.13750212.566 - CR\$ 3.000; - 3674.13754282.559 - CR\$ 1.020.300; - 3674.13754282.565 - CR\$ 1.435.400.
- Veículos para transportes de pessoas para os seguintes Município em número especificado Goio-Erê (01), Janiópolis (01), Quinta do Sol (01), Altamira do Paraná (01), barbosa Ferraz (01), Rancho Alegre do Oeste (01) e Iretama (01).

NO CÓDIGO 3674.13754282.559 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Equipamento hospitalar para o Hospital Municipal de Santo Antonio da Platina; equipamento hospitalar para o Posto de Saúde de Vila Nova, no Município de Abatiá; Reforma do Posto de Saúde Central no Município Abatiá.
- Auxílio financeiro à Santa Casa de Guaratuba.
- Ampliar o Posto de Saúde, transformando-o em Centro de Saúde, com 600 m², na cidade de Tupãssi, com destinação do equipamento necessário ao seu funcionamento; Ampliar o prédio do Mini-Hospital da Vila Pioneiro, com mais 200m², com destinação de equipamento necessário para o bom funcionamento em Toledo; Ampliar o Posto de Saúde de Iguatu, com destinação de equipamento necessário para o bom funcionamento, com mais 150 m²; Ampliar o Posto de Saúde de Parupá, com destinação de equipamento necessário para o bom funcionamento, com 150 m²; Construir 5 Postos de Saúde em Toledo, com 200 m² cada unidade, sendo 3 na sede e 2 no interior do Município, com equipamentos.
- Continuar a construção do Hospital Universitário em Maringá, com 4.000 m².
- Aquisição de uma ambulância para Flor da Serra do Sul; Aquisição de equipamentos hospitalares para Conselheiro Mairinck; Construção do Posto de Saúde para Conselheiro Mairinck; Ampliação do Posto de Saúde área de 280 m² para Wenceslau Bráz; Aquisição de um veículo odontomóvel para Xambrê; Aquisição de uma ambulância para Xambrê; Aquisição de uma ambulância para Formosa do Oeste e ampliação do Centro de Saúde da sede do Município de Formosa do Oeste.
- Ampliar o Posto de Saúde Central do Município de São Jorge do Ivaí, com o aumento do espaço físico e destinar equipamento de Raio X, fazer um centro cirúrgico para atender as pequenas cirurgias e partos, e transformando o atendimento para 24 horas.
- Aquisição de todo equipamento para instalação no prédio novo do Hospital Municipal de Nova Esperança, com capacidade para 50 leitos, localizado no Município de Nova Esperança.
- Ampliação e reparos e compra de novos equipamentos para os seguintes hospitais: Hospital Municipal de Florai, Hospital Municipal de Paranapoema e Hospital de Uniflor.
- Ampliação, reparos e compra de novos equipamentos para os seguintes hospitais: Hospital Municipal de Presidente Castelo Branco; Hospital Municipal de Inajá e Hospital Municipal de Alto Paraná.
- Concluir a construção e instalação do Hospital Regional de Paranaíba.
- Dotar os seguintes Município de obras e serviços na área de saúde: Mirador - conclusão do Hospital Municipal; Mirador - aquisição de equipamentos para o Posto de Saúde; Guaraci - gabinete odontológico; Santa Fé - construção de posto de saúde; Guaraci - construção de Centro de Saúde; Santo Antonio do Caiuá - ampliação do Hospital Municipal; Santo Antonio do Caiuá - doação de equipamentos médicos-cirúrgicos para o hospital; Paranaíba - ampliação do Posto de Saúde da Vila Operária e Distrito de Sumaré; Maria Helena - construção de Posto de Saúde no Distrito de Santa Amélia; Guaraci - ampliação do Posto de Saúde e construção de mini hospital; Tunas do Paraná - construção de Postos de Saúde nas localidades de Antagorda, Ouro Fino e Barra Bonita; Santa Isabel do Ivaí - mini Posto de Saúde, ampliação do Centro de Saúde, ampliação do Posto de Saúde no Distrito de São José e clínica odontológica com Raio X; Bocaiúva do Sul - ampliação do Hospital Municipal; Castro - reforma e ampliação do Hospital do Distrito de Socavão; Nova

22

Alinça do Ivaí - ampliação do Posto de Saúde; Planaltina do Paraná - ampliação do Hospital Municipal e equipamento de Raio X; Paraíso do Norte - ampliação do Posto de Saúde da Vila Santa Terezinha; Nova Londrina - conclusão do Hospital Municipal; Tamboara - conclusão do Hospital Municipal; Marilena - ampliação e equipagem do Hospital Municipal; Tapira - construção do Posto de Saúde na Vila Operária; Campina Grande do Sul - construção de Postos de Saúde nas localidades de Canelinha, Jardim Paulista e Cerne; Nova Olimpia - construção de Postos de Saúde; Tamboara - construção de Postos de Saúde; São João do Caiuá - construção de um Centro de Saúde; Nova Cantú - construção de Posto de Saúde; Cerro Azul - construção de um Posto de Saúde; Paranapoema - ampliação do Hospital Municipal; Colombo - construção de Postos de Saúde (04).

- Aquisição de uma ambulância para os Municípios a seguir : Cerro Azul, Paranapoema, Paranavaí, Santo Antonio do Caiuá, Santa Isabel do Ivaí, Planaltina do Paraná, Tunas do Paraná, Bocaiúva do Sul, Nova Olimpia, Guaraci (02), Maria Helena, Nova Aliança do Ivaí, Nova Cantú, Tamboara, Guairaça, Marilena, Adrianópolis, Paraíso do Norte, Santa Mônica, Mirador, Rio Branco do Sul, Teixeira Soares, Janiópolis, Boa Esperança, Colombo.

- Construção de um Posto de Saúde no bairro Taquarimbé em araruna; Construção de um Posto de Saúde padrão no bairro São Pedro Canisio em Irati; Construção de um centro de saúde com área de 720,00 m² em Peabiru; Construção de um Posto de Saúde com área de 200 m² em Ubitatã; Construção de um Posto de Saúde padrão no bairro Ponte Alta em Prudentópolis; Construção de um posto de saúde padrão no bairro de Queimados em Prudentópolis; Construção de um Posto de Saúde padrão na Linha esperança em Prudentópolis; Construção de um Posto de Saúde padrão na localidade de Quateirão dos Stresser em Inácio Martins; Ampliação do Hospital Municipal com área de 600,00 m² em Inácio Martins; Ampliação do Posto de Saúde em 150,00 m² no Município de Farol; Recursos financeiros para o consórcio de saúde intermunicipal da microregião 17, com sede em Irati, na ordem de 50 milhões; Recursos financeiros para aquisição de aparelhos e equipamentos para o Hospital Dona Darcy Vargas, no Município de Rebouças de 50 milhões; Recursos financeiros para aquisição de aparelhos para o Hospital Regional de Irati, na ordem de 70 milhões; Recursos financeiros para o centro de saúde de Peabiru, de 30 milhões; Recursos financeiros para reforma, na ordem de 30 milhões, no Posto de Saúde de Quinta do Sol; Construção de um Posto de Saúde, na localidade de Bituva das Campinas, no Município de Teixeira Soares; Construção de um posto de Saúde, no bairro Nhapiindazal, no Município de Irati e reforma e ampliação do Centro de Saúde Doutor Bonifácio e Domingues de Rebouças.

- Reforma e ampliação do Hospital Municipal (área 300,00 m²); aquisição de equipamentos para o Hospital Municipal (CR\$ 8.000.000,00); Ampliação e reforma do Posto de Saúde (área 300,00 m²) e uma ambulância para o Município de Fazenda Rio Grande.

- Aquisição de uma ambulância para o Município de Fazenda Rio Grande.

- Equipamentos para o Hospital Municipal e Postos de Saúde, aquisição de ambulância e fornecimento de medicamentos básicos, para o Município de Doutor Camargo; Conclusão das obras da Santa Casa Regional de Campo Mourão; Construção de dois Centro Regionais de Saúde, nos bairros de São Cristovão e Rocio, no Município de União da Vitória; aquisição de quatro consultórios odontológicos completos, sem Raio X, e de uma unidade odontológica móvel, para o Município de União da Vitória e construção de um mini hospital, com área de 1.131,91 m² no Município de Maringá.

- Ampliação do Hospital do Município de Matinhos.

- Adquirir equipamentos médicos hospitalares para Hospital Municipal de Porto Amazonas.

- Construção do Hospital Municipal de Cianorte.

- Aquisição de uma ambulância para o Município de Rosário do Ivaí.

- Construção de três mini postos de saúde em alvenaria cada com 63,00 m², no Município de Mauá da Serra, nas localidades Vila Maria, Serra do Cadeado e Gleba Aurora.

- Construção das unidades de Pronto Socorro Norte e Sul da capital do Estado.

- Construção e reforma de unidade de saúde de Londrina.

- Construção de dois postos de saúde no Município de Terra Roxa.

- Aquisição de equipamentos para o posto de saúde e ambulatório odontológico no Município de Sertaneja.

- Construção de um posto de saúde na Vila Esmeralda no Município de Matelândia.

- Construção e equipamentos do Hospital da zona leste de Londrina, prevendo a instalação de 50 leitos.

- Conclusão das obras do posto de saúde do Município de Ivaiporã.

- Aquisição de um aparelho tomógrafo computadorizado de última geração para o Hospital do Norte do Paraná, no Município de Londrina.

23

- Construção do Pronto Socorro Metropolitana, no Município de almirante Tamandaré para atender os Municípios de Cerro Azul, Rio Branco do Sul, Itaperçu, Colombo, Bocaiuva do Sul e Tunas do Paraná
- Adquirir unidades móveis de saúde para saúde preventiva.
- Conclusão do pronto atendimento municipal de Nova Londrina.
- Construir e equipar unidades de saúde nos conjuntos habitacionais do Município de Nova Londrina.
- Conclusão do Hospital Municipal de Mirador.
- Aquisição de equipamentos para unidade de saúde do Município de Mirador.
- Ampliação do Hospital Psiquiátrico Nosso Lar no Município de Loanda.
- Construir e equipar uma unidade de saúde no Conjunto Habitacional Farid Surugi da cidade de Loanda.
- Aquisição de um aparelho de Raio X e uma incubadora para o Hospital Municipal de Marilena

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

NO CÓDIGO 3110.06301772.682 DESTACA-SE A SEGUINTE ATIVIDADE:

- Recursos para Companhia da Polícia Militar Feminina da cidade de Curitiba.

NO CÓDIGO 3112.06301772.686 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Implantar serviços de bombeiros nos Municípios de Mandaguari, Marialva, São Jorge do Ivaí, Florai, Floresta, Doutor Camargo, Ivatuba, Japurá, Jussara, Itambé, Mandaguaçu, Ourizona e Sarandi.

NO CÓDIGO 3104.06301741.052 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Destinar viatura policial para os seguintes Municípios: Altamira do Paraná, Juranda, Manborê, Farol, Rancho Alegre do Oeste e Engenheiro Beltrão.
- Aquisição de viaturas conforme a seguinte discriminação: Almirante Tamandaré, 02 viaturas; Rio Branco do Sul, 02 viaturas; Pinhais, 02 viaturas; Palmeira, 02 viaturas; Itaperçu, 02 viaturas e Doutor Ulysses, 01 viatura.
- Aquisição de 02 viaturas para o Município de Faxinal.
- aquisição de 01 viatura policial para os seguintes Municípios: Santa Mariana, Itambaracá e Santo Antonio do Paraíso.
- Aquisição de viaturas policiais para atender os Municípios de: Bom Sucesso do Sul, 01 viatura; Boa Vista da Aparecida, 01 viatura; Braganey, 01 viatura; Campo Bonito, 01 viatura; Catanduvas, 01 viatura; Diamante do Sul, 01 viatura; Guaraniaçu, 02 viaturas; Ibema, 01 viatura; Iracema do Oeste, 01 viatura; Jesuitas, 01 viatura; Nova Aurora, 01 viatura; Nova Prata do Iguaçu, 01 viatura; Quedas do Iguaçu, 02 viaturas; Salto do Lontra, 01 viatura; São João, 01 viatura; Saudade do Iguaçu, 01 viatura; Sulina, 01 viatura; Vitorino, 01 viatura.
- Adquirir e destinar veículos para as Delegacias da Polícia Civil nos Municípios de: Toledo, 02 viaturas; Maripá, 01 viatura; Ouro Verde do Oeste, 01 viatura; Iguatu, 01 viatura; Palotina, 01 viatura; Formosa do Oeste, 01 viatura; Nova Santa Rosa, 01 viatura; São Pedro do Iguaçu, 01 viatura; Tupãssi, 01 viatura.

NO CÓDIGO 3104.06301741.053 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Ampliação da Cadeia Pública da 15ª Sub-Divisão Policial do Município de Cascavel.
- Construção de uma sede policial com 70,00 m² no Município de Juranda.
- Melhoramento dos prédios nos seguintes Municípios: Catanduvas (120,00 m²), Saudade do Iguaçu (950,00 m²), Guaraniaçu (124,00 m²).
- Reforma e melhorias no prédio da Delegacia de Polícia no Município de Prudentópolis, reforma e melhorias no prédio na delegacia de Polícia, com a construção de 01 pavilhão de 300,00 m², para abrigar policiais em Inácio Martins.
- Construir sedes policiais no Município de Cafezal do Sul.
- Construir sedes policiais no Município de Ivate.
- Construir Delegacias regionais de Polícia 300,00 m² no Município de Jacarezinho.



24

- Reformas e melhorias nos prédios das Delegacias de Polícia dos municípios de: Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paçandu, Mandaguaçu, São Jorge do Ivaí, Florai, Floresta, Itambé, Ourizona, Jussara, Japurá, Uniflor, Iguaraçu e Astorga.
- reformar e melhorar o prédio da Delegacia de Polícia de Toledo; Reformar e melhorar o prédio da Delegacia de Polícia de Palotina; reformar e melhorar o prédio da Delegacia de Polícia de Nova Santa Rosa; Construir sede da Delegacia de Polícia de Maripá com 150 m²; Construir sede da delegacia Policial de Toledo com 150 m²; Construir sede da Delegacia de Polícia de Iguatu; Reformar e melhorar o prédio da Delegacia de Polícia de Assis Chateaubriand.

NO CÓDIGO 3112.06301771.057 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ACTIVIDADES:

- Instalação de uma guarnição de corpo de bombeiros no Município de Marechal Cândido Rondon.
- No programa "Investimento para o Corpo de Bombeiro", destacar o Município de Rolândia, no atendimento a equipar adequadamente o contingente dos mesmos instalados naquele Município.

NO CÓDIGO 3101.06301791.051 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ACTIVIDADES:

- Construção de prédio com 70 m² para a Delegacia de Polícia do Município de Farol.
- Construção de Delegacia de Polícia no recém criado Município de Rancho Alegre d' Oeste com 70 m².

NO CÓDIGO 3109.06301791.055 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ACTIVIDADES:

- Implantar o Projeto Povo no Município de Maringá.
- 10 motocicletas para Polícia Militar do Município de Maringá: cinco para o Município de Sarandi e duas para o Município de Paçandu.

NO CÓDIGO 3111.06301772.683 DESTACA-SE A SEGUINTE ACTIVIDADE:

- Implantação do policiamento módulos móvel no Município de Maringá.

NO CÓDIGO 3112.06301791.059 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ACTIVIDADES:

- Implantação do SIATE no Município de Ortigueira.
- Implantação do SIATE para a área metropolitana do Município de Maringá, Sarandi, Marialva, Paçandu e Mandaguaçu.
- Implantação do SIATE e aquisição de uma ambulância devidamente equipada para o Município de Maringá.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

NO CÓDIGO 4284.13764551.122 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ACTIVIDADES:

- No Município de Santa Mariana, destaca-se a construção de galerias, meio fio, sarjeta e pavimentação nos Conjuntos Habitacionais Laranjinho e Pablo Polônio, e no Município de Bandeirantes destaca-se a Rede de Esgoto Sanitário nas Vilas São Pedro e I.B.C. 10.000 m².
- Execução de obras de galerias fluvias com extensão e nos Município a seguir especificados: Boa Vista da Aparecida (200 m), Bom Sucesso do Sul (300 m), Braganey (300 m), Guaraniaçu (500 m), Iracema do Oeste (200 m), Salto do Lontra (200 m), São João (500 m).
- Construção de galerias pluviais nos Municípios:
Wenceslau Braz (2500 m) lineares.
Jacarezinho, Conjunto Habitacional Cohapar II.
Nova Olímpia, Conjunto Habitacional Cohapar III.
Mariluz, 20.000 m².
Wenceslau Braz 2.500 metros.



Nova Olimpia. Conjunto Habitacional Cohapar III.

Jacarezinho. Conjunto Habitacional Cohapar III.

Assis Chateaubriand:

Wenceslau Braz 2.500 metros.

- Dotar de infra-estrutura urbana nas favelas de Londrina.

- Recursos para a complementação do saneamento básico de Maringá, no valor de CR\$ 230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de cruzeiros reais).

NO CÓDIGO 4289.130070212.843 DESTACA-SE A SEGUINTE ATIVIDADE:

- Programa de saneamento básico para o Município de Morretes.

NO CÓDIGO 4103.10580212.523 DESTACA-SE A SEGUINTE ATIVIDADE:

- São Jorge do Ivaí, repasse de recursos para o serviço de abastecimento de água no valor de CR\$ 20.000.000,00

NO CÓDIGO 4101.13764481.117 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Ampliação de rede de esgoto dos seguintes Municípios:

Ampliar em 10.000 metros no Município de Prudentópolis;

Ampliar em 17.000 metros no Município de Ubatã.

Construir rede de esgoto em 20.000 metros no Município de Inácio Martins.

Construir rede de esgoto no Município de Imbituva.

NO CÓDIGO 4288.07591831.129 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Realização de pavimentação com pedras irregulares em 20 (vinte) quilômetros do perímetro urbano de Almirante Tamandaré.

Aquisição de placas de sinalização em aço fosforizado com tratamento anti-corrosivo e pintado com tinta refletiva, padrão DETRAN/PR, e postes em aço galvanizado a fogo com 2 (dois) metros de diâmetro e 3 (três) metros de altura, com parafusos, porcas e arruelas galvanizadas a fogo, para sinalização em vias públicas do Município de Pinhais.

Realização de obras de drenagem e canalização do Rio Barigüi, no Município de Almirante Tamandaré.

Realização de obras de pavimentação asfáltica no Município de Almirante Tamandaré, sendo: 05 (cinco) Km de Tranqueira, 02 (dois) Km em Botiatuba e 03 (três) Km no Jardim Paraíso.

Construção de um ambulatório municipal em Pinhais.

NO CÓDIGO 4288.07590212.533 DESTACA-SE A SEGUINTE ATIVIDADE:

- Apoio à elaboração e implantação de plano diretor e desenvolvimento para o Município de Pinhais.

NO CÓDIGO 4289.13764491.805 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Realizar obras de esgoto sanitários nos Municípios de Curitiba, Almirante Tamandaré, Cêro Azul, Rio Branco do Sul, Guaratuba, Palmeiras, Pinhais, Itaperuçu e Doutor Ulysses.

NO CÓDIGO 4284.13764551.123 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Recuperação ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Toledo, com extensão de 7 Km.

- Executar obras de drenagem nos Municípios de Doutor Camargo, São Jorge do Ivaí, Florai, Japurá, Mirador, São Carlos do Ivaí, Floresta, Itambé, Jussara, Engenheiro Beltrão e Ourizona.

- Construção de 4.400 metros de galerias de águas pluviais no Município de Cianorte.



26

NO CÓDIGO 4286.07091831.126 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- No Município de Santa Mariana. Desenvolvimento Institucional - PEDU. Recursos técnicos a serem cedidos pela Prefeitura Municipal. Área 120 m².
- Convênios com os Município de Doutor Camargo. São Jorge do Ivaí. Florai. Ourizona. Mandaguaçu. Paçandu. Sarandi. Floresta. Itambé. Terra Boa. Engenheiro Beltrão. Japura. Jussara. Angulo. Iguaraçu. Astorga e Ivatuba.

NO CÓDIGO 4102.07401831.179 DESTACA-SE A SEGUINTE ATIVIDADE:

- Construção de uma praça e um parque infantil. no bairro Aeroporto. no Município de Jacarezinho - PR.

NO CÓDIGO 4105.13764481.120 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Perfurar poços em comunidades rurais nos Municípios de Doutor Camargo. São Jorge do Ivaí. Florai. Mandaguaçu. Ourizona. Mandaguari. Marialva. Paçandu. Maringá. Sarandi. Mirador. Floresta. Itambé. Ivatuba. Terra Boa. Jussara. Engenheiro Beltrão. Japura. Alto Paraná. Uniflor. Angulo. Iguaraçu e Astorga.
- Realizar ligações domiciliares nas zonas rurais dos Municípios de: Doutor Camargo. São Jorge do Ivaí. Florai. Mandaguaçu. Ourizona. Mandaguari. Marialva. Paçandu. Maringá. Sarandi. Mirador. Floresta. Itambé. Ivatuba. Terra Boa. Jussara. Engenheiro Beltrão. Japura. Alto Paraná. Uniflor. Angulo. Iguaraçu e Astorga.

NO CÓDIGO 4289.13764481.804 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Jaboti. ampliação de rede de água e execução de obras de esgotos sanitários.
- Realização de obras de esgotos sanitários nos Município de Bandeirantes (Vilas São Pedro e IBC) e São José da Boa Vista.
- Construção de rede emissário de esgoto. na Vila Jardim Lago Paraíso. no Município de Bandeirantes. numa extensão 2.000 metros.

NO CÓDIGO 4224.13764481.124 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Aquisição de equipamentos para mini-usina de tratamento e reciclagem de lixo urbano no Município de Doutor Camargo.
- Sistema de coleta e tratamento de lixo urbano. 10.000 famílias. no Município de Irati.
- Instalar usina de reciclagem e compostagem do lixo nos Municípios de: Sarandi. Paçandu. Mandaguaçu. Florai. Doutor Camargo. Alto Paraná. Japura e Astorga.
- Destaque-se na meta "Limpeza Pública" caminhões de lixo para os Municípios de Bom Sucesso, Califórnia. Rosário do Ivaí, Mauá da Serra, Grandes Rios e Faxinal.
- Ampliação de rede de esgoto no Município de Pinhais - PR.
- Instalação de sistema de abastecimento de água tratada nos Patrimônios: Regina e Espírito Santo. no Município de Londrina.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

NO CÓDIGO 4104.07390242.526 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Pavimentação das vias públicas no Município de Congoinhas.
- Pavimentação das vias públicas no Município de Mamborê.
- Pavimentação das vias públicas no Município de Pinhão.

NO CÓDIGO 4286.07401831.127 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Construção de calçamento no Município de Dois Vizinhos, da sede do Município passado pela comunidade de Empossado, até a divisa com o Município de Verê.


27

- Construção de uma ciclovia no Município de Londrina com extensão de onze quilômetros na PR-445, no trecho entre Jardim Sabará e Parque Ouro Branco e outra de 5 Km na rodovia João Strass.
- Execução de obras de pavimentação em blocrete, construção de galerias de águas pluviais e calçamento urbano no Município de Pinhais.
- Execução de obras de calçamento, drenagem, construção de meio fio, galerias de águas pluviais e iluminação em vias públicas no Município de Almirante Tamandaré.
- Financiamento de obras de infra-estrutura urbana nos Municípios de São José da Boa Vista e Figueira
- Aquisição de equipamentos para as Prefeituras de São José da Boa Vista (01 patrula, 01 pá carregadeira, 01 retroescavadeira, 02 caminhões) e Figueira (02 caminhões, 01 patrula e 01 retroescavadeira).
- Construção de Terminal Rodoviário no Município de Curiúva.
- Construção de um Terminal Rodoviário no Município de Santa Maria do Oeste.
- Construção de um Terminal Rodoviário no Município de Mato Rico.
- Construção de um Terminal Rodoviário no Município de Nova Tebas - PR.
- Pavimentação urbana no Município de Cruzeiro do Oeste.
- Construção de Terminal Rodoviário em Altamira do Paraná.
- Contratação de empréstimos com Municípios e Sanepar.- obras de abastecimento de água e de esgotos sanitários nas localidades ainda não atendidas por tal benefício nos seguintes Municípios: Marechal Cândido Rondon, São Miguel do Iguaçu, Alto Piquiri, Pato Bragado, São José das Palmeiras, Quatro Pontes, Entre Rios do Oeste, Mercedes, Santa Helena, Nova Santa Rosa, Corbélia, Guaíra, Terra Roxa, Tupãssi, Maripá, Assis Chateaubriand, Vera Cruz do Oeste, Missal, Ouro Verde do Oeste, Itaipulândia, Santa Terezinha do Itaipu e Rio Bonito.
- Prioridades com financiamento de programas voltados ao desenvolvimento urbano, os seguintes Municípios: Marechal Cândido Rondon, São Miguel do Iguaçu, Alto Piquiri, Pato Bragado, São José das Palmeiras, Quatro Pontes, Entre Rios do Oeste, Mercedes, Santa Helena, Nova Santa Rosa, Corbélia, Guaíra, Terra Roxa, Tupãssi, Maripá, Assis Chateaubriand, Vera Cruz do Oeste, Missal, Ouro Verde do Oeste, Itaipulândia, Santa Terezinha do Itaipu e Rio Bonito.
- Construção do Terminal Rodoviário no Município de Cianorte.

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DA AÇÃO SOCIAL

NO CÓDIGO 2703.14814872.617 DESTACAM-SE AS SEGUINTEs ATIVIDADES:

- Incluir o Projeto Educando Brincando e Formando Cidadão: aquisição de equipamentos e materiais de áudio-visual, de material didático-pedagógico e de material de higiene pessoal e ambiental no Município de Londrina.
- Implantação da Universidade Popular do Trabalho em Londrina.
- Para o Município de União da Vitória a instalação, em convênio com órgãos federais e estaduais, de uma Central de Atendimento ao Trabalhador.

NO CÓDIGO 2860.15814862.618 DESTACAM-SE AS SEGUINTEs ATIVIDADES:

- Construção de Clube do Irmão Caçula na sede dos Municípios de: Bom Sucesso, Mauá da Serra, Rosário do Ivaí, Grandes Rios e Faxinal. Creches nas localidades de: Boa Vista da Santa Cruz, Água Amarela e Campineira do Sul, no Município de Rosário do Ivaí; Centro Social Urbano no Município de Califórnia; Centro Comunitário no Município de Califórnia.
- Construir base física para funcionamento de uma Escola de Trabalho em Andirá.
- Transferência de recursos ao Município de Santo Antonio da Platina, objetivando a promoção de serviços de assistência à população carente.
- Recursos no valor de CR\$ 2.000.000,00 para o Movimento de Bem Estar Social - MOBES em Conselheiro Marínck; recursos no valor de CR\$ 4.000.000,00 para a construção de uma creche na sede do Município de Conselheiro Mairinck; construção de uma creche em Maria Helena; construção de uma creche no Distrito de Carboneira, em Maria Helena; construção de um galpão comunitário com área de 1.000 m², para instalação de Escola Profissionalizante em Altonia.



28

- Receber apoio financeiro às Prefeituras dos seguintes Município: Marechal Cândido Rondon, São Miguel do Iguaçu, Alto Piquiri, Pato Branco, São José das Palmeiras, Quatro Pontes, - Entre Rios do Oeste, Mercedes, Santa Helena, Nova Santa Rosa, Corbélia, Guaira, Terra Roxa, Tupãssi, Maripá, Assis Chateaubriand, Vera Cruz do Oeste, Missal, Ouro Verde do Oeste, Itaipulândia, Santa Teresinha do Itaipu e Rio Bonito.
- Construção de três creches em alvenaria convencional, com área de 188 m², cobertura em fibro cimento, equipada com play-ground no Município de Pinhais.
- Garantir recursos para atendimento das crianças e adolescentes carentes dos Municípios- de: Ponta Grossa, Ventania, Ipiranga e Tibagi, através de apoio financeiro repassado às respectivas prefeituras.
- Destinação de recursos para as entidades assistenciais nos Municípios: Antonio Olinto, Agudos do Sul, Campo do Tenente, Piên, Rio Negro, Tijucas do Sul, Quitandinha, Lapa, Matinhos, Antonina, Paranaguá, Barracão, Porto Amazonas, São Mateus do Sul, São José dos Pinhais, Salto do Itararé, Apucarana, Irati e Curitiba.
- Terminal do Centro de Convivência de Idosos do Município de Santa Mariana.
- Apoio financeiro às Prefeituras Municipais de Nova Fátima e Itambaracá, para manutenção e desenvolvimento de projetos de assistência social.
- Apoio com recursos na ordem de CR\$ 1.000.000,00 para ampliação da Escola Oficina Gralha Azul, do Município de São João.
- Construção de uma creche em um Centro de Convivência para Idosos na cidade de Nova Londrina. Construção de uma creche e um Salão Comunitário no Conjunto Habitacional Farid Surugi na cidade de Marilena. Recursos financeiros para ampliação da Creche Municipal da cidade de Marilena. Recursos financeiros para ampliação da creche municipal de Marilena. Recursos para ampliação da Creche Anjo da Guarda, mantida pela APMI da cidade de Diamante do Norte. Construção de uma Creche na cidade de São Pedro do Paraná.
- Apoio financeiro às seguintes Prefeituras Municipais, com vistas à construção de centros comunitários nos referidos Municípios: Boa Vista da Aparecida (01), Campo Bonito (01), Bom Sucesso do Sul (01), Braganey (01), Catanduvas (01), São João (01), Clevelândia (01), Guaraniaçu (02), Jesuítas (01), Nova Prata do Iguaçu (01), Salto do Lontra (02), Sulina (01), Três Barras do Paraná (01), Vitorino (01), São Jorge do Oeste (01).
- Construir duas creches no Município de Araruna; construir duas creches no Município de Peabiru; construir bases físicas para abrigar pessoas carentes (480 m²) em Peabiru, construir bases físicas para 20 pessoas carentes (400 m²) em Inácio Martins; construir bases físicas para Centro da Terceira Idade (400 m²) em Prudentópolis; recursos financeiros para execução de projetos de melhoramentos na Organização Santos Inocentes, no Município de Irati, na ordem de 30 milhões; construir bases físicas para abrigar a Escola do Trabalho (meninos de 12 a 18 anos), com 200 m², dentro dos padrões da Secretaria em Ubatã.
- Apoio financeiro às Prefeituras de Ponta Grossa, Castro e Pirai do Sul, visando a construção de três creches em Ponta Grossa, duas creches em Castro e duas em Pirai do Sul.
- Construção da ASSOMA em Ponta Grossa.
- Construção quatro creches, sendo uma no Distrito de Cruzmaltina, uma no Distrito de Dinizópolis, uma no Jardim Nossa Senhora de Fátima e uma na sede do Município de Faxinal.
- Construção de uma Casa do Idoso no Município de Matinhos.
- Apoiar a construção de creches nos Municípios a seguir: Marilena, Guairaça, Adrianópolis, Guaraçi, Maria Helena (duas), Planaltina do Paraná, Tapira (cinco), Tunas do Paraná (duas), Tamboara, Santa Isabel do Ivaí (três), Nova Olimpia e São João do Caiuá.

NO CÓDIGO 2703.15814872.619 DESTACAM-SE AS SEGUINTEs ATIVIDADES:

- Implantação de 60 micro unidades produtivas (3.000 m²/ cada) em Londrina.
- Construção de dois Centros Comunitários para Ponta Grossa e um para Castro e Pirai do Sul, respectivamente.
- Construção do Centro Comunitário da Associação dos Moradores da Vila Congonhas, em Ponta Grossa.
- Apoio aos Programas das Associações de Trabalhadores Rurais Volantes dos Municípios de: Sarandi, Doutor Camargo, Paçandu, Florai, São Jorge do Ivaí, Mandaguaçu, Ourizona, Mandaguari, Marialva, Floresta, Itambé, Ivatuba, Ângulo, Iguaçu, Astorga, Presidente Castelo Branco, Maringá e Amaporã.
- Construção de Centro de Convivência para Idosos nos Municípios: Mariluz, Jussara, Nova Olimpia, Maria Helena, Jacarezinho, Francisco Alves, São Jorge do Patrocínio, Icaraima, Brasilândia do Sul (Abastecimento Comunitário), Brasilândia do Sul (Material Permanente), Wenceslau Bráz (Refeitório com 160m²).

29

- Construção do Centro de Convivência para Idosos, na Vila São Pedro, Bairro Aeroporto e Vila Setti, no Município de Jacarezinho.

CHEFIA DO PODER EXECUTIVO

NO CÓDIGO 09010.15814862.758 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Substituir no projeto acima citado "Apoio a Ações de Natureza Social e Cultural", a frase "Dar apoio a estudantes carentes" por "Dar apoio a Casas de Estudantes".
- Repasse de verba, para a Prefeitura Municipal - para a construção de uma capela mortuária municipal, no Município de Jacarezinho - PR.
- Transferir recursos ao Município de Jandaia do Sul, para aquisição do Hospital Senhor do Bonfim, naquele Município.
- Transferir recursos ao Município de Marumbi, para aquisição do Hospital Maternidade São José Marumbi Ltda., no mesmo Município.
- Incluir como meta no código acima, recursos para estudantes carentes no Município de Umuarama, para as seguintes entidades: APEC (Umuarama), Colégio Alfa (Umuarama), PUC (Curitiba), Evangélica (Curitiba).
- Destacar a concessão de subvenção e/ou auxílio ao Instituto Monte Sinai no Município de Goioêre.
- Destacar a concessão de subvenção e/ou auxílio à Assistência Social Evangélica Betânia no Município de Toledo.
- Destacar a concessão de subvenção e/ou auxílio ao Serviço Assistencial Bom Pastor do Município de Paranaguá.
- Destacar a concessão de subvenção e/ou auxílio à Associação Lar das Meninas no Município de Francisco Beltrão.
- Destacar a concessão de subvenção e/ou auxílio à Fundação do Torre Forte de Apoio ao Desenvolvimento de Entidades Assistenciais, Educacionais e Culturais no Município de Curitiba.
- Destacar a concessão de subvenção e/ou auxílio à Assistência Social Estandarte do Amor no Município de Telêmaco Borba.
- Destacar na meta a concessão de subvenção e/ou auxílio à Assistência Social Bom Pastor no Município de Foz do Iguaçu.
- Destacar a concessão de subvenção e/ou auxílio à Associação BETEL de Serviço Social da Igreja Assembléia de Deus no Município de Guarapuava.
- Destacar a concessão de subvenção à Associação Evangélica Beneficente da Igreja Assembléia de Deus no Município de Faxinal.
- Destacar a concessão de subvenção e/ou auxílio à Associação Evangélica de Assistente Social do Município de Cascavel.

SECRETARIA ESPECIAL DA POLÍTICA HABITACIONAL

NO CÓDIGO 5097.10573161.869 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Construção de 200 unidades de Casas de Famílias no Município de Dois Vizinhos, a serem deduzidas do montante destinado ao Município de Ponta Grossa.
- Acrescentar mais 2.000 moradias, ficando portanto, o município de Londrina com 3.000 moradias.
- Incluir 1.000 unidades habitacionais para o Município de Ponta Grossa.
- Incluir 200 unidades habitacionais para o Município de Palmeiras.
- Incluir 200 unidades habitacionais para o Município de Imbituva.
- Incluir 200 unidades habitacionais para o Município de Ipiranga.
- Incluir 200 unidades habitacionais para o Município de Ivaí.
- Incluir 200 unidades habitacionais para o Município de Cândido de Abreu.



30

- Incluir 200 unidades habitacionais para o Município de Reserva.
- Incluir 100 unidades habitacionais para o Município de Terra Roxa.
- Incluir 150 unidades habitacionais para o Município de Faxinal.
- Incluir 200 unidades habitacionais para os Distritos de Ivaiporã, sendo: Distrito de Jacutinga, 50 casas, Distrito de Ariranha, 50 casas, Distrito de Santa Bárbara, 50 casas, Distrito de Arapuã, 50 casas.
- Incluir a construção de casas em quantidades e nos Municípios a seguir: (30) Campo Bonito, (100) Catanduvas, (100) Salto do Lontra, (50) Sulina, (50) Diamante do Sul, (100) Nova Aurora, (50) Nova Laranjeiras, (150) Quedas do Iguaçu, (100) Clevelândia.
- Incluir a construção de: 200 casas de madeira, na sede do Município de Rosário do Ivaí, 100 unidades habitacionais "Casa da Família" na sede do Município de Rosário do Ivaí, 440 unidades "Casa da Família" em Mauá da Serra.
- Acrescer a construção de 200 unidades habitacionais no Município de de Bela Vista do Paraíso.
- Construção de "Casa da Família" nos seguintes Municípios: Castro - 250, Maria Helena - 100, Bocaiúva do Sul 100, Paranavai - 800, Planaltina do Paraná - 50, Paraíso do Norte - 50, Casas da Família e 50 casas de madeira, Adrianópolis - 100, Marilena - 50, Guairaça - 50, Santa Isabel do Ivaí - 100, Guaraci - 100.
- Destacar na meta acima especificada as casas populares: Irati - 300, Prudentópolis - 200, Imbituva - 100, Rebouças - 70, Inácio Martins - 70, Quinta do Sol - 70, Corumbataí do Sul - 70, Juranda - 70, Ubiratã - 70, Farol - 70, Araruna - 70, Peabiru - 70.
- Construção de 100 casas habitacionais no Município de Santa Mariana, Santa Amélia, Itambaracá, Leopoldina, Santo Antonio do Paraíso, Uraí, Sertaneja, Rancho Alegre e Nova Fátima a construção de 50 (cinquenta) casas habitacionais.
- Fornecimento de lotes urbanizados para remanejamento da população atingida pela enchente no Município de Irati.
- Substitua-se no projeto acima especificado nos títulos "objetivo e metas-quantidade : Rio Negro - Casa da família - 200.
- Acrescente-se no projeto acima referido 200 casas o Município de Irati.
- Acrescentar-se ao conteúdo programático, incluir na região IV, viabilizando a construção de moradias com 52, 26 m² em alvenaria, para os seguintes Municípios: Toledo - 500, Nova Santa Rosa - 80, Palotina - 60.
- Incluir a construção de 200 casas populares para cada um dos Municípios de Arapoti e Ivaí.



SECRETARIA ESPECIAL DE ESPORTE E TURISMO**NO CÓDIGO 4702.08462242.745 DESTACA-SE A SEGUINTE ATIVIDADE:**

- Fica destacado a construção de quadras esportivas nas seguintes Vilas no Município de Jacarezinho: Vila São Pedro, Vila Setti, Parque Bela Vista, Bairro Aeroporto.

NO CÓDIGO 4898.08462242.744 DESTACA-SE A SEGUINTE ATIVIDADE:

- Canchas de esportes três sendo nos Municípios de Barra dos Andrades, Saltinho e Rodeio.

NO CÓDIGO 4702.08462242.745 DESTACA-SE A SEGUINTE ATIVIDADE:

- Construção de quadras esportivas nas seguintes Vilas, no Município de Jacarezinho -PR, Vila São Pedro, Vila Setti, Parque Bela Vista e Bairro Aeroporto.

NO CÓDIGO 4898.08653632.748 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Recuperação do Recanto Bicão, Município de São José da Boa Vista.
- Confeção de 100.000 (Cem mil) folders para o Município de Londrina, contendo o material promocional que obtive destacar o turismo no referido Município a nível nacional e internacional.
- Conclusão dos projetos em fase de elaboração, nas áreas de meio ambiente, turismo e lazer, no Município de Porto Rico, através de recursos para desapropriação destinada à áreas de camping: quadras esportivas de grama e areia, calçamento e iluminação da Avenida Beira Rio, praia artificial e churrasqueiras públicas.
- Construção de um Portal no Município de Matinhos.
- A concessão de auxílio financeiro para a implantação final de projeto Turístico do Município de Porto Rico, para construção de áreas de camping, quadras esportivas de grama e areia, calçamento e iluminação na Avenida Beira Rio, praia artificial e churrasqueiras públicas.

NO CÓDIGO 4898.08462242.747 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Construção de (01) um ginásio de esportes, para cada um dos Municípios de Teixeira Soares, Arapoti e Sengés.
- Cobertura de quadra de esportes no Município de Abatiá.
- Construção de duas canchas esportivas polivalentes no Município de Wenceslau Bráz, de uma quadra coberta no Distrito de Boa Esperança no Município de Pérola, término da construção de um ginásio de esportes no Município de Douradina, construção de campo de futebol, um ginásio de esportes no Município de Iracema do Oeste. Término da construção do ginásio de esportes e construção de uma quadra coberta no Município de Jussara.
- Investimentos no projeto Nossa Quadra nos seguintes Municípios: Tupãssi, Missal, Itaipulândia, Nova Santa Rosa, Matelandia, São José das Palmeiras, Vera Cruz do Oeste, Corbélia, Santa Helena, Ouro Verde do Oeste, São Miguel do Iguaçu e Alto Piquiri.
- Término da construção do Ginásio de Esportes Municipal de Contenda.
- Conclusão das obras de construção do Ginásio de Esportes Rodolfo Rodrigues cuja obra foi paralizada.
- Reforma no ginásio de esportes Centro Esportivo Emílio de Rolândia.
- Construção de ginásio de esportes nos Municípios de Ivai e Ortigueira.
- Construção de um conjunto esportivo no Município de Campina da Lagoa.
- Construção de quadras cobertas nos Municípios de Mauá da Serra, Califórnia, Grandes Rios, Bom Sucesso, Faxinal, Rosário do Ivai, (localidade Boa Vista da Santa Cruz e no Distrito de Campineiro do Sul).
- Conclusão do ginásio de esportes do Município de Sertaneja.
- Investimentos no projeto "Nossa Quadra" nos Municípios de Araruna, Peabiru, Mamborê, Farol, Rancho Alegre do Oeste e Boa Esperança.
- Construção de ginásios de esportes nos Municípios de Antonio Olinto e São João do Triunfo.


32

- Construção de ginásio de esportes nos Municípios de Itambaracá, Bandeirantes, localidade de Vila Lordini. Reforma do Ginásio de Esportes Municipal de São José da Boa Vista. construção de uma quadra através do projeto "Nossa Quadra" no Município de Joaquim Távora.
- Construção e ampliação do ginásio de esportes no Município de Guairacá. cobertura da quadra esportiva do Município de Paraíso do Norte. construção de três quadras polivalentes no Município de Adrianópolis. construção de duas quadras esportivas no Município de Santa Isabel do Ivaí. construção do ginásio de esportes no Município de Santo Antonio do Caiuá. construção de quadras de esportes no Município de Jussara. cobertura de duas quadras esportivas no Município de Planaltina do Paraná. construção da casa do esporte. construção de prédio anexo ao "Noroestão" para alojamentos. construção de ginásio de esportes no Distrito da Graciosa. quadras cobertas nos bairros Jardim Iguaçu. Jardim São Jorge. Jardim Ipê. Jardim Morumbi. Campo Belo no Município de Paranavai. Cobertura da quadra esportiva no Município de Santo Antonio do Caiuá. construção de quadra coberta no Município de Santa Mônica. construção de uma quadra coberta no Distrito de Carboneira no Município de Maria Helena. construção de uma quadra coberta no Distrito de Bentópolis no Município de Guaraci. construção de uma quadra de esporte polivalentes no Município de Mirador. construção de uma quadra de esportes no Município de Paranapoema. construção de quadras esportivas no Município de Rio Branco do Sul. construção de quadras esportivas no Município de Teixeira Soares. construção de quadras esportivas no Município de Janiópolis. construção de quadras esportivas no Município de Boa Esperança. construção de quadras esportivas no Município de Colombo.



**SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO, ENSINO SUPERIOR
CIÊNCIA E TECNOLOGIA****NO CÓDIGO 1106.11100552.554 DESTACA-SE A SEGUINTE ATIVIDADE:**

- Incluir "Fomento ao desenvolvimento da produção científica e tecnológica", recursos para o CEFET-Londrina, destinado a formação de mão-de-obra especializada.

NO CÓDIGO 1236.08442052.517 DESTACA-SE A SEGUINTE ATIVIDADE:

- Elaboração de Projetos de Arquitetura e complementares de engenharia e reconstrução, restauração e demais obras no edifício sede da Escola de Música e Belas artes do Paraná em Curitiba, 7.500 m².

NO CÓDIGO 1210.098752052.468 DESTACA-SE A SEGUINTE ATIVIDADE:

- Concluir os projetos de arquitetura e complementares de engenharia das fases II e III de construção do Hospital de Clínicas do Norte do Paraná da Universidade Estadual de Londrina.

NO CÓDIGO 1101.11070202.536 DESTACA-SE A SEGUINTE ATIVIDADE:

- Criar a Universidade Estadual do Norte Pioneiro.

NO CÓDIGO 1214.08442052.484 DESTACA-SE A SEGUINTE ATIVIDADE:

- Ampliação do Campus extensão de Cianorte da Universidade Estadual de Maringá.
- Ampliação do Campus Universitário Estadual de Maringá/Extensão no Município de Cianorte


ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**NO CÓDIGO 0101.01010012.567 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:**

- Concessão de vale-transporte aos funcionários da Assembléia Legislativa de acordo com o que estabelece a Lei Estadual nº. 9.490, de 21 de dezembro de 1990.
- Executar projetos e construir biblioteca do Poder Legislativo do Estado do Paraná (4.000 m²).
- Recursos para aquisição de material além de equipamentos de informática, destinado à Comissão Permanente de Fiscalização, cumprindo o que determina o artigo 3º. da Lei nº. 8.358, de 05 de setembro de 1986.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA**NO CÓDIGO 3064.08480212.639 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:**

- Construção da Casa de Cultura de Assis Chateaubriand.
- Implementar automação da Biblioteca Pública Municipal de Londrina.
- Compra de ônibus para a biblioteca de Londrina/Paraná.

NO CÓDIGO 2903.08480212.648 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Construção e restauração e reformas de edifícios culturais (15.000 m²).
- 

- Concurso Nacional de Projetos e Escultura Monumental e respectiva obra alusiva à Revolução Federalista de 1893 - 1894, em cumprimento ao artigo 34 das Disposições Transitórias da Constituição Estadual.

NO CÓDIGO 2901.084882472.645 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- A construção da Casa de Cultura no Município de Pitanga.
- A construção da Casa de Cultura no Município de São Mateus do Sul.
- A construção da Casa de Cultura no Município de Mamborê.
- A construção da Casa de Cultura no Município de Campina da Lagoa.
- A construção de um Centro Cultural no Município de Guaraniaçu.
- A restauração da antiga usina para transformar em fábrica de lazer, Centro Cultural em Museu da Cachaça no Município de Morretes.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

NO CÓDIGO 2248.0307022.752 DESTACA-SE A SEGUINTE ATIVIDADE:

- Elaborar projetos técnicos e construir novo edifício - sede do Arquivo Público do Estado do Paraná

NO CÓDIGO 2250.03070252.568 DESTACAM-SE AS SEGUINTE ATIVIDADES:

- Construção de 02 (dois) postos do Corpo de Bombeiros na Região Metropolitana Norte e Região Metropolitana Sul.
- A construção da Casa da Cultura com anfiteatro no Município de Ivaiporã.
- Construção do Posto do Corpo de Bombeiros no Município de Ivaiporã.
- Construção do Aeroporto Regional de Maringá.
- Construção de alojamento para destacamento da Polícia Militar no Município de Doutor Camargo.
- Construção do Aeroporto Regional de Cascavel.
- Construção de alojamento da Companhia da Polícia Militar no Município de Cantagalo.
- Construção de alojamento para destacamento da Polícia Militar no Município de Virmond.
- Construção da Delegacia de Polícia no Município de Virmond.
- Construção de (03) três galpões em pré-moldados acabados (6.000 m²) para efetivação do parque de exposição permanente da Indústria do Vestuário e Comércio em Geral de Cianorte.
- Ampliação das instalações no Prédio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari, com área de 922,30 m², construção da sede administrativa com área de 700 m² no Município de Mandaguari.
- Construção de um galpão pré-moldado de 1000 m², nos Municípios de Jussara, São Tomé, Japurá, Indianópolis, Rondon, Cidade Gaúcha, Tapira, Tapejara, Tuneiras do Oeste, Terra Boa, Mandaguari, Marialva, Astorga e Paraíso do Norte.
- Construção de uma creche em alvenaria de 400 m² incluindo equipamento no Município de Japurá.
- Reforma e recuperação das escolas de primeiro e segundo graus dos Municípios de Cianorte, Jussara, São Tomé, Japurá, São Manoel, Indianópolis, Rondon, Cidade Gaúcha, Tapira, Tapejara, Tuneiras do Oeste, Terra Boa, Mandaguari, Marialva, Astorga, Guaporema e Paraíso do Norte.



4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 26.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 1994
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Heinz Herwig.

Às nove horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Caíto Quintana, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, Durval Amaral, José Alves, José Arthur Ritti, José Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, José Afonso Júnior, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix e Toti Colaço (44). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Geraldo Cartário, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Doutor Rosinha, Luiz Antonio Setti e Rossoni (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OFÍCIO Nº 1372/94

Curitiba, 05 de abril de 1994.

Senhor Presidente.

Através do presente comunico a V. Exa. e aos nobres Parlamentares que estarei ausente das sessões legislativas dos dias 04 a 07 do corrente, para tratamento de saúde.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos de elevada estima e distin-

ta consideração.

Sala das Sessões, em 07.04.94

(a) DALTON MACHUCA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 707

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, com disposto no Art. 184 e 185 do Regimento Interno, a inclusão dos Projetos de Lei nºs 001/94, Mens. nº 126/93; 003/93, Mens. nº 002/94; 015/94, Mens. nº 004/94; 017/94, Mens. nº 005/94; 030/94, Mens. nº 009/94; 057/94, Mens. nº 013/94; 068/94, Mens. nº 015/94; 069/94, Mens. nº 019/94; 070/94, Mens. nº 017/94, na Ordem do Dia, por estarem com o prazo de Regime de Urgência vencido.

Sala das Sessões, em 07.04.94

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 704

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 07.04.94

(a) HEINZ HERWIG

REQUERIMENTO Nº 706

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, adiamento por 10 (dez) Sessões para o Projeto de Lei nº 044/94.

Sala das Sessões, em 07.04.94

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 705

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 07.04.94

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO Nº 703

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento do Projeto de Lei nº 82/93 à Comissão de Constituição e Justiça, para que

se pronuncie a respeito do Projeto em tela ser de Lei ou de Lei Complementar, já que o mesmo visa regulamentar parte do artigo 222 da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 07.04.94

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 681

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, votação em bloco para as Proposições de Veto n°s 022 e 027/94, constantes na Ordem do Dia de hoje, itens 1 e 2.

Sala das Sessões, em 07.04.94

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 684

Senhor Presidente.

Os Deputados que a este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário voto de profundo pesar, pelo falecimento da jovem Milena Bley Ribeiro Bonfim, ocorrido no último dia 04 de abril do ano em curso, na Cidade de Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 07.04.94

(aa) HEINZ GEORG HERWIG

ALCEU SWAROWSKI

CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Antenor Bonfim e família, ilustre paranaense com relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná, passam pelo doloroso momento de ver a vida de sua filha Milena - jovem de 19 anos, ceifada de uma forma inexplicável e violenta, expondo a toda população os níveis eminentes de violência que atinge a Capital do Estado.

É portanto motivo de profundo pesar para esta Casa de Leis, que associa-se às condolências que fazemos nesta data, à família enlutada.

Que o teor do presente dê-se ciência a família.

REQUERIMENTO N° 685

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Aurora Marassi, ocorrido em Florai.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07.04.94

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, na cidade de Florai, a Sra. Aurora Marassi, mãe de Auziro Marassi.

A extinta pertencia a tradicional fa-

Curitiba, quinta, em 07.04.94

mília de Florai. Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de sua serva Aurora.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Marassi, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 117/94

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no Município de Cruz Machado.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.04.94.

(a) ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretende se declarar de Utilidade Pública, foi fundada em 29 de setembro de 1980, e presta atendimento a crianças, jovens e adultos carentes, através de várias atividades sociais.

Entre outras atividades, a APMI de Cruz Machado, ministra cursos de trabalhos manuais para as mulheres das mais variadas idades, presta assistência psicológica e informativa às gestantes, contribuindo assim, para uma infância mais saudável.

Sendo assim, entendemos procedente o pedido de declaração de Utilidade Pública, e esperamos pelo apoio dos ilustres Pares desta Casa, promovendo o bem-estar da comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 1372/94, subscrito pelo Senhor Deputado Dalton Machuca, constante do expediente, comunican-

do sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 04, 05, 06 e 07 do corrente mês, para tratamento de saúde. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando votação em bloco para as Proposições de Veto nºs 022/94 e 027/94, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. Prejudicado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, solicitando inversão da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, Senhores Deputados, antes que Vossa Excelência conclua a votação da inversão da Ordem do Dia, pediria a especial atenção de Vossa Excelência e dos Senhores Deputados hoje presentes a esta Sessão Ordinária matutina para o veto do Senhor Governador do Estado, que consta no item primeiro da Ordem do Dia para hoje e que é objeto de requerimento, a sua inversão.

A Comissão de Constituição e Justiça tem por escopo e tem por finalidade precípu, orientar o Plenário sobre matérias importantes a serem apreciadas pelo Plenário, senão, não teria razão de ser a existência dessa Comissão de Constituição e Justiça.

Se os membros da Comissão de Justiça, se o relator da matéria que lhe foi distribuída, se preocupa em oferecer um parecer, se esse parecer é debatido, toda preocupação também pelos Senhores Deputados membros da Comissão de Constituição e Justiça, é normal e é necessário que, ao ser apresentado um projeto, um veto ou qualquer matéria com parecer da Comissão de Justiça, esse parecer tem que ter influência perante os Senhores Deputados, porque de outra maneira, a existência, quero repetir, da Comissão de Constituição e Justiça, não teria necessidade e não teria validade. Simplesmente poderia ser extinta mais esta Comissão Permanente, que é a mais importante da Assembleia Legislativa.

Com relação ao veto governamental, Senhor Presidente, na Comissão de Constituição e Justiça do dia 29 de março, nós tivemos oportunidade de oferecer o nosso parecer, vasado nos seguintes termos:(Lê):

VETO (Parcial): Ao Projeto de Lei 738/93 - Autoria do Tribunal de Contas do Paraná.

Ofício nº 597/93.

I - Trata-se de negativa parcial a

sanção de projeto de lei, cuja mensagem é oriunda do Tribunal de Contas do Estado (art. 77, c/c o art. 101, inciso I, letra c) e privativa daquele órgão autônomo.

Em resumo: o Excelentíssimo Senhor Governador vetou os artigos 2º e 3º da Lei que reajusta o vencimento básico mensal de Procurador do Estado junto aquele órgão por achá-los inconstitucionais, vez que, o 2º visualizava estabelecer "vinculação ou equiparação de vencimentos entre os procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas e os do Ministério Público" (art. 27, inciso XIII, da Constituição Estadual) e o 3º da impossibilidade de se mudar "denominação de cargos não mais existentes nos quadros funcionais do Estado".

II - Preliminarmente

Não resta dúvida que o veto foi apostado dentro do prazo a que faz menção ao § 1º, do art. 71, da Constituição do Estado.

Vetar ou não é uma das prerrogativas do Governador contidas no art. 87, inciso VII, da mesma Carta Magna.

III - No Mérito

1) É sobre o entendimento do Governador que cumpre a Assembleia deliberar, posto que, segundo o § 4º, do mesmo art. 71, dirá à Casa de Leis se acata ou rejeita as razões contidas no veto, ou seja, a Assembleia não ficará contida, se assim não entender, pela opinião jurídica do Poder Executivo.

2) A Constituição Federal trata do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas no art. 130 e diz que a eles "aplicam-se as disposições desta seção pertinentes a direitos, vedações e forma de investidura.

Direitos, vedações e forma de investidura são destacados no inciso I, letras "a", "b" e "c", inciso II, letras "a", "b", "c", "d" e "e", do § 5º do art. 128 e no § 3º, do inciso IX, do art. 129, da referida Carta Federal.

A Carta Estadual em seus artigos 121, 117, 118 é cópia fiel do estabelecido na Constituição Federal.

Pacífico no entendimento dos mais altos pretórios de Justiça que "o modelo federal da Corte de Contas é obrigatório no âmbito estadual".

3) A Lei nº 8443, de 16/07/92, que "dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União "no Título que trata da organização do Tribunal, em seu Capítulo VI, estabelece as regras que regem o Ministério Público junto ao Tribunal e em seu art. 84, diz aplicar-se subsidiariamente as disposições da Lei Orgânica do Ministério Público da União, pertinentes a direitos, prerrogativas, garantias e forma de investidura.

Temos pois, que quando a Constituição do Paraná, em seu art. 121, situou os Pro-

curadores do Tribunal de Contas na Categoria de Ministério Público, nada mais fez que se afeiçoar ao conceito editado no diploma constitucional básico.

4) Sem adentrar no mérito da perfeição de técnica legislativa contida na redação do art. 130 da Constituição Federal, sem sombra de dúvidas, ele criou um Ministério Público como instituição própria junto ao Tribunal de Contas da União e dos Estados.

Inobstante as discussões que têm havido sobre a matéria, muitas acadêmicas e outras já batendo as portas do Judiciário, recentemente com a edição da Lei nº 8625, de 12/01/93, que instituiu a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, vê-se que os arts. 28 e 71 foram vetados pelo Presidente da República, exatamente aquelas normas que tratavam, uma da atuação do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas dos Estados e a outra da extinção dos cargos daqueles que hoje integram o Ministério Público junto aos Tribunais de Contas, mas não sejam integrantes do Ministério Público Estadual.

Ambos os artigos foram entendidos no Veto como inconstitucionais, por violarem o art. 130 da Constituição Federal, vez que a atuação do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas tem sede constitucional e não pode ser extinta por Lei Ordinária, segundo o princípio da hierarquia vertical das leis.

Temos pois que o caso é apenas uma confusão de homonímia e a diferença está em que enquanto o Tribunal de Contas como órgão auxiliar do Poder Legislativo "é instituição própria que tem a função de defesa do tesouro público" e portanto seu Ministério Público é especializado, com experiência nos processos do Tribunal de Contas, o Ministério Público Estadual é órgão com funções próprias junto ao Poder Judiciário.

Por isso não se vislumbra inconstitucionalidade alguma na presente Lei 738/93, que unicamente repete o que diz o artigo 121 da Constituição do Estado quando diz:

"Art. 121 - ...

Aos membros do Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas, aplicam-se as disposições desta seção no que se refere a direitos, vedações e forma de investidura".

Vale dizer que, se prevalecer o Veto, estaria o Governador afirmando que o art. 121 da Constituição Estadual "é inconstitucional" o que se nos parece ilógico, posto que o remédio não seria o Veto e sim a arguição de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal.

Inexiste vinculação entre um órgão autônomo e o outro, posto que leis diferentes regem as suas existências.

5) O veto ao artigo 3º não merece outro argumento.

Quer Procurador da Fazenda, Procurador Adjunto, Sub-Procurador Fiscal e Procurador Fiscal, inativos, do Tribunal de Contas, todos eles membros inativos do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, teriam uma só denominação no que concerne a estrutura funcional.

Não merece o Veto, destarte, maiores considerações, senão o de que inexiste inconstitucionalidade nos artigos 2º e 3º da lei vetada parcialmente.

É o nosso parecer que levamos ao Plenário.

S.M.J..

Sala das Comissões, em 29.03.94

(aa) ERONDY SILVEIRO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator

Esse foi o nosso voto, o nosso Relatório aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça na Sessão do dia 29 de março próximo passado e que deve merecer, naturalmente, a atenção e o respeito por parte dos Srs. Deputados Estaduais.

Quero repetir, e desejo enfatizar, se esta Assembléia Legislativa não acatar, não apreciar o aspecto constitucional, fruto de trabalho, de estudo e elaboração da Comissão de Constituição e Justiça, não há porque continuar sendo membro desta Comissão..

Lá estamos cumprindo com a nossa obrigação.

Muitos dos Srs. Deputados não têm tido tempo de ler os pareceres da Comissão de Constituição e Justiça, mas quando esses são exarados dentro dos princípios constitucionais, como nesse caso onde o Veto do Senhor Governador do Estado não tem razão de ser, ele vetou como inconstitucional matéria que não é inconstitucional se o Veto do Estado, através do órgão competente, encaminhasse ao Supremo Tribunal Federal o pedido de inconstitucionalidade do referido artigo da Constituição Estadual.

É isto que quero trazer nesta manhã à apreciação dos Srs. Deputados para que prestigiando a Comissão de Constituição e Justiça, apreciando um grupo de homens que se preocupam em estudar as matérias que são delegadas.

Este Plenário então fará uma grande demonstração, colocará a justiça e o direito acima dos próprios partidos, porque estamos aqui para defender a Constituição e o Regimento Interno.

É o apelo que quero fazer ao Sr. Presidente e a todos os membros da Assembléia Legislativa para que na oportunidade, se não hoje, e se hoje for possível de rejeitar o Veto porque nas condições em que foi vetado não merece ser acatado este Veto

pelo Plenário da Assembleia Legislativa.

A matéria é constitucional e deve merecer a aprovação e a rejeição desse Veto por parte dos Srs. Deputados, uma forma de prestigiar mais uma vez a Comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Tendo em vista inversão de pauta aprovada por este Plenário, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 12

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 085/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Borrazópolis - APMI, com sede e foro no Município de Borrazópolis. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 22, de 21.03.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 085/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Orlando Pessuti, o Projeto de Lei n° 085/94, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Borrazópolis - APMI, com sede e foro no Município de Borrazópolis.

Da análise do referido projeto uma vez que o mesmo atende as exigências da Lei n° 6.994/78, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 05.04.94
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NILTON BARBOSA - Relator

ITEM 11

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 083/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual a Fundação de Apoio e Valorização do Idoso, de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 22 de 21.03.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 083/94

P A R E C E R:

Analisando o presente Projeto de Lei, a proposição é das mais nobres e preenche os requisitos preceituados na Lei de n° 6.994, de 10.01.78, que dispõe sobre as normas para declaração de Utilidade Pública.

Quanto a seus aspectos constitucional, legal, jurídico e de Técnica Legislativa, não encontramos óbices para sua tramitação regimental, até final deliberação pelo duto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça o parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 05.04.94
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

ITEM 10

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 081/94, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, que declara de Utilidade Pública Estadual o Centro Espírita "Santa Bárbara Iansã", com sede e foro na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 22, de 21.03.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 081/94

P A R E C E R:

Analisando o presente Projeto de Lei, o mesmo preenche os requisitos preceituados na Lei n° 6.994, de 10.01.78, que dispõe sobre as normas para declaração de Utilidade Pública.

No que diz respeito a seus aspectos constitucional, legal, jurídico e de Técnica Legislativa, não encontramos óbices para sua tramitação regimental, até final deliberação pelo duto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça o parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 05.04.94
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

ITEM 09

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 076/94, de autoria do Deputado João Iensen, que declara de Utilidade Pública a Fundação Filadélfia, com sede e foro na Cidade de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 20, de 17.03.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 076/94

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 076/94, de autoria do nobre Deputado João Iensen, objetiva declarar de Utilidade Pública a Fundação Filadélfia, com sede e foro na cidade de Cruzeiro do Oeste.

Verificado os aspectos legal, constitucional e regimental, não encontramos nada que impeça a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Portanto, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.04.94

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

ITEM 08

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 059/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do Jardim Guarany, de Campo Largo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 17, de 14.03.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 059/94

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 059/94, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Guarany, com sede e foro na Cidade de Campo Largo.

Verificado os aspectos legal, constitucional e regimental, não encontramos nada que impeça a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Portanto, somos de parecer favorável a presente proposta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.04.94

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

Aprovado.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - (Pela Ordem) -
Senhor Presidente, eu solicitaria de Vossa Excelência, está sendo encaminhado a Vossa Excelência pelo Senhor Deputado Mário Bezerra um requerimento pedindo a retirada da Ordem do Dia do item 7º...

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Já existe requerimento junto ao projeto.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Então eu retiro o pedido.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) -

ITEM 07

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 044/94, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que dispõe sobre obrigatoriedade de Mensagem de Alerta, sobre riscos à Saúde em propaganda de embalagens de bebidas alcoólicas no Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.S.P e CONTRÁRIO da C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 11, de 02.03.94)

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 44/94

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, que dispõe sobre a obrigatoriedade de mensagem de

Curitiba, quinta, em 07.04.94

alerta sobre riscos à saúde em propaganda de embalagens de bebidas alcoólicas no Estado do Paraná.

Tendo sido submetido a parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o mesmo recebeu parecer contrário em razão de sua flagrante inconstitucionalidade.

No âmbito desta Comissão, o presente é altamente meritório, tendo em vista a grande preocupação quanto à saúde da população em geral, alertando-a quanto aos malefícios da ingestão de álcool.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à aprovação do referido projeto.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 22.03.94.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 044/94

Autor: Deputado Luiz Carlos Alborghetti

P A R E C E R:

O plano de lei em seu artigo 1º, estabelece: "Ficam obrigadas, as empresas produtoras de bebidas alcoólicas do Estado do Paraná, a inserir nas embalagens e nos materiais de promoção e divulgação de seus produtos, mensagens de alerta ao consumidor sobre os riscos provocados por estes à saúde, nos termos desta lei".

A preocupação do ilustre Deputado signatário é salutar, merecendo os nossos aplausos.

Mas, no âmbito desta Comissão, de análise exclusivamente técnico-jurídica, verifica-se que a pretensão esbarra em dois óbices da Constituição Federal: o da competência privativa da União para legislar sobre propaganda comercial e, segundo, a competência à Lei Federal para estabelecer proteção à propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

Pois, diz o artigo 22, do texto supremo e seu inciso XXIX, o seguinte: "competê privativamente à União legislar sobre: Propaganda Comercial."

Por outro lado, determina a Carta Magna, no seu artigo 220, parágrafo 3º, inciso II, na parte final: "estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente."

E o parágrafo 3º, parágrafo 4º do mesmo artigo 220, rezam, compete à Lei Federal: "A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos medicamentos e terapias estará sujeita a restrições

Curitiba, quinta, em 07.04.94

Pág. 43

legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterà, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso."

Nestas condições data venia, o Projeto de Lei em tela, chocando-se com a competência privativa da União e do legislador federal, é manifestamente inconstitucional.

Somos de parecer contrário.

Sala das Comissões, em 15.03.94.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pestuti, constante do expediente, solicitando o adiamento por 10 (dez) sessões. APROVADO.

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 044/94.

ITEM 06

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 609/93, de autoria do Deputado Ovídio José Constantino, que torna obrigatório a publicação anual de todos os Órgãos da Administração Direta, Indireta e Fundações das despesas efetuadas com propaganda e publicidade. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 144/93, de 19.10.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 609/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Ovídio José Constantino, o Projeto de Lei nº 609/93, ora sendo examinado por este relator, visa tornar obrigatória a publicação anual em veículos de expressiva circulação em seu âmbito de alcance, todas as despesas efetuadas no exercício findo, com a produção e veiculação de peças de propaganda e publicidade, de todos os Órgãos da Administração Direta, Indireta e Fundações, discriminando ainda o montante pago a cada agência ou veículo beneficiado.

Na análise proferida, nada foi encontrado no tocante ao aspecto legal, regimental ou constitucional, que sustasse a normal tramitação do presente plano de lei.

A nosso ver, o acima exposto, vem dar maior consistência ainda ao disposto no artigo 27, § 2º, das Disposições Gerais da Carta Magna Estadual.

Diante ao exposto, este relator, emite o seu parecer favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.11.93.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 609/93

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Ovídio Constantino, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, que torna obrigatório a publicação anual de todos os Órgãos da Administração Direta, Indireta e Fundações, das despesas efetuadas com propaganda e publicidade.

Tendo sido analisado pelas Comissões de Constituição e Justiça e pela de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, o mesmo recebeu pareceres favoráveis.

No âmbito das atribuições regimentais desta Comissão, o mesmo não contém qualquer irregularidade, contribuindo, isto sim, para que a administração estadual possa demonstrar ainda mais sua disposição de administrar de forma transparente.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à tramitação e posterior aprovação em Plenário.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 22.03.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 609/93, de autoria do nobre Deputado Ovídio José Constantino, estabelece obrigatoriedade de publicação anual, em veículos de comunicação social de amplo alcance, de todas as despesas efetuadas no exercício findo com a produção ou veiculação de peças de propaganda e publicidade pagas de todos os Órgãos da Administração Direta, Indireta e Fundacionais, consignando os custos praticados e resgatados aos particulares em geral do setor de comunicação social.

Na análise, nada foi encontrado que pudesse sustar a normal tramitação do presente plano de lei, no tocante ao aspecto legal, regimental e constitucional.

Diante do exposto, este relator, emite favorável parecer, para sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.93.

(aa) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Presidente

NAMIR PIACENTINI - Relator

ITEM 05

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 531/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que dispõe sobre a municipalização da Administração do Parque Estadual de Vila Velha, no Município de Ponta Grossa e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C.. (Publ. no D.A. nº 128/93, de 22.09.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 531/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Plauto Guimarães, objetiva dispor sobre a municipalização da Administração do Parque Estadual de Vila Velha, no Município de Ponta Grossa.

Esta Comissão foi chamada a se manifestar com relação à matéria e opinamos favoravelmente à mesma.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 28.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 531/93

P A R E C E R:

Informa a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, por meio do Ofício nº 058/94-GAB/SEMA, de 18.01.94, que o Parque Estadual de Vila Velha já está sob a administração do Município de Ponta Grossa desde 12.05.1989, tal sendo objeto de Convênio de Cooperação Técnico-Administrativo-Financeira entre o Estado do Paraná e aquela unidade federativa municipal.

Colima então o projeto de lei sob exame, de nº 531/93, autorizar o Estado a fazer o que já faz e para o qual, aliás, não carece de autorização legislativa, pois entre as atribuições do Poder Executivo se inclui a de firmar convênios para a consecução de suas tarefas institucionais.

Sendo o projeto de natureza meramente autorizatória e não havendo nele nada que contrarie o interesse público, opino favoravelmente quanto ao mérito e pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.03.94.

(aa) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Presidente

NAMIR PIACENTINI - Relator

Em votação.

O SR. RENATO ADUR (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esse projeto do Deputado Plauto Miró, com todo o respeito que nós temos pelo Deputado Plauto, entendemos que Vila Velha é um patrimônio do Estado do Paraná. É um recanto turístico de todo o Estado do Paraná e vem recebendo atenção do Governo do Estado, da Secretaria de Turismo, em todos os seus aspectos.

Por isso, nós não podemos admitir a municipalização do Parque Estadual de Vila Velha, uma vez que o Governo do Paraná vem dando todas as atenções necessárias e que se trata de um parque que é reconhecida-mente um dos mais bonitos do Brasil, e que atende, é orgulho de todos os municípios paranaenses, e não ape-

nas do Município de Ponta Grossa. Daí a razão que nós solicitamos aos nossos companheiros Deputados para que votemos contra o projeto do Deputado Plauto Miró Guimarães, que apenas na questão do próprio bairrismo está querendo levar a Ponta Grossa. O parque já existe em Ponta Grossa, já dá o nome da cidade de Ponta Grossa que ele busca; agora, a administração, a gerência, a gestão está sobre a responsabilidade da Secretaria de Turismo do Estado do Paraná como é Foz do Iguaçu e tantos outros recantos que nós temos neste Estado.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, ao contrário da orientação do nobre Líder do Governo, nós somos favoráveis à municipalização do Parque Estadual de Vila Velha, porque a solução do mundo, a solução do Brasil, segundo o próprio Governo, segundo a própria modernidade, até nos municípios. E nada melhor do que o Município de Ponta Grossa para gerir Vila Velha; se municipaliza a saúde, se municipaliza a educação, a segurança, porque não também o turismo?

Eu pediria aos Senhores Deputados que prestassem muita atenção, exemplo disso é a minha cidade de Paranaguá nos seus prédios históricos que o Governo do Estado foi à Paranaguá, foi à Antonina, fez o tombamento dos prédios históricos. E gostaria de dizer: quando o Governo tomba alguma coisa, realmente essa coisa tomba, cai, é esquecida.

Por isso, peço a todos os Senhores Deputados que reavaliem e passem para o Município de Ponta Grossa. Existe a intenção do município em administrar Vila Velha. Nada mais justo do que entregarmos à administração municipal essa responsabilidade e acredito que a Prefeitura de Ponta Grossa saberá responder a esse chamamento.

Por isso, peço aos Senhores Deputados, que a solução do Estado, a solução do turismo, saúde, educação, está no município. Não vamos contra o discurso, se municipaliza saúde, educação, transporte coletivo, segurança; por que não também o turismo? Entreguemos à cidade, pois as soluções do mundo estão nas cidades.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Sinto-me na obrigação de fazer algumas colocações ao Deputado Fregonese.

Nós até entendemos que o processo hoje no País de municipalização vem se acentuando dia-a-dia nas questões fundamentais da administração municipal. Educação, saúde, uma série de outros setores vêm sendo municipalizados por força da lei maior, que é a Constituição Federal que nós temos neste País. Entretanto como é um patrimônio de Vila Velha, como é a questão

Curitiba, quinta, em 07.04.94

também da Ilha do Mel, do qual o nobre Deputado Fregonese é um ardoroso defensor e nós nos somamos a ele também.

Temos questionado até o Governo do Estado em muitas questões, em muitas atitudes, em muitos atos em relação a esses parques, em relação a esses recantos do Estado do Paraná.

Entretanto, nós entendemos que um simples projeto de lei, sem a mínima discussão, sem um fórum de debates, sem mobilizarmos os interesses totais das comunidades, das entidades que representam a gestão, o gerenciamento desse setor.

Acho que é prematuro o procedimento do Deputado Plauto Miró apenas e tão somente por querer levar ao Município de Ponta Grossa, simplesmente pela questão do próprio município, de ter afinidade com o seu Prefeito na sua cidade.

Nós entendemos e sugerimos, já sugerimos antes do Deputado Plauto Miró, existe um fórum de debates nesta Casa, traga as entidades, faça um tipo de trabalho que mobilize, aí sim nós vamos parabenizá-los, participar da discussão, mas não simplesmente num projeto de lei, senão nós poderíamos fazer a mesma coisa com a questão da Ilha do Mel em Paranaguá e tantos outros prédios históricos que tem na Cidade de Paranaguá.

Portanto, nós somos contra o projeto de lei, da maneira que ele está, e votaremos contra.

O SR. ÉLIO RUSCH (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Tendo em vista a ausência do autor desse projeto, Deputado Plauto Miró Guimarães, solicitaria à Presidência a retirada deste projeto por dez sessões e logo a seguir nós vamos assinar requerimento, pedindo, em consideração principalmente ao autor do projeto, que não se faz presente.

Senhor Presidente, solicitamos a retirada do projeto por dez sessões.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O projeto está em fase de votação, não cabendo mais requerimento para retirada da Ordem do Dia.

Está em votação o projeto.

Rejeitado.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Outro dia, a pedido da comissão, uma comissão não parlamentar, foi retirado o projeto de Tamarana para verificação das divisas que estavam com problemas.

Como membro da Comissão de Turismo, pediria a retirada do projeto por dez sessões, para verificação e discussão com as partes interessadas.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Fregonese, Vossa Excelência poderia requerer isso na segunda discussão, na sessão de hoje não tem como nós tirarmos esse projeto.

Está rejeitado o projeto.

O SR. ÉLIO RUSCH (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Requeiro chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Basílio Zanusso) - Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - 27 (vinte e sete) Senhores Deputados responderam à chamada.

Não há quórum para deliberação, somente para prosseguimento da Sessão.

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 398/93, de autoria do Deputado Eurides Moura, que reduz ICMS estadual na soja adquirida para transformação em leite. Com PARECERES CONTRÁRIOS da C.C.J., C.F. e C.A.I.C.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 108/93, de 11.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 398/93

P A R E C E R:

Propôs o autor do Projeto de Lei que reduz em 7% a alíquota do ICMS recolhido pelas Prefeituras Municipais do Paraná na soja adquirida para transformação em leite.

A proposição em exame, há pontos obscuros e omissos quanto os aspectos formais e materiais.

Ainda que louvável a preocupação do autor, o mesmo não está adequado aos princípios legais, eis que é vedado impor ao Poder Executivo redução de alíquota, devendo sim, tratar-se de medida autorizatória, para posteriormente, se for o caso, ser convalidado por convênio junto com os demais Estados e Distrito Federal, através do Conselho de Política Fazendária - CONFAZ. (Arts. 155, XII, "g" da Constituição Federal e 1º, da Lei Complementar nº 24/75).

Outro aspecto relevante, é o fato de que as Prefeituras Municipais não possuem poderes de recolhimento do ICMS, cuja tarefa pertence ao estabelecimento comercial ou industrial que efetua a venda de mercadorias.

A propósito, a Secretaria de Estado da Fazenda, através da Inspetoria Geral de Tributação, ouvida a respeito, atendendo solicitação desta Comissão, respondeu

através do Ofício nº 167/93, o qual integrará este relato, comunga com as exposições mencionadas.

Nestas condições, somos de parecer contrário ao Projeto de Lei nº 398/93, face às ilegalidades apontadas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

DALTON MACHUCA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 398/93

PROJETO DE LEI Nº 398/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Eurides Moura, o Projeto de Lei em tela, visa reduzir em 7% a alíquota do ICMS recolhido pelas Prefeituras Municipais do Paraná na soja adquirida para transformação em leite.

A presente proposta foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, que em seu parecer, manifestou-se contrária à sua aprovação.

Assim sendo, esta douta Comissão de Finanças, segue o entendimento da Comissão supracitada, opinando pela rejeição do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.03.94

(a) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 398/93

P A R E C E R:

O presente plano de lei de autoria do Deputado Eurides Moura, objetiva o ICMS/estadual na soja adquirida para transformação em leite.

Analisada a proposta pela douta Comissão de Constituição e Justiça, recebeu desta parecer contrário por não estar de acordo com os princípios legais e também por apresentar pontos obscuros e omissos quanto aos aspectos formais e materiais.

Esta Comissão de acordo com o esclarecimento acima, manifesta-se contrária à aprovação do referido projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.03.94

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente

NEREU ALVES DE MOURA - Relator

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 082/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que dispõe sobre a adequação dos veículos de transporte coletivo intermunicipal às pessoas portadoras de deficiência física. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C..

A Mesa recebeu manifestação dos Srs.

Curitiba, quinta, em 07.04.94

Deputados com referência a esse projeto questionando se o mesmo trata-se de lei ordinária ou lei complementar, tendo em vista que visa a regulamentar parte do Artigo 222 da Constituição Estadual.

Diante desta manifestação, a Mesa re-torna o projeto à C.C.J. para que se manifeste a respeito: se é o projeto de lei ordinário ou é projeto de lei complementar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando encaminhamento do Projeto de Lei nº 082/93 à Comissão de Constituição e Justiça, para que se pronuncie a respeito do Projeto em tela ser de Lei ou de Lei Complementar, já que o mesmo visa regulamentar parte do artigo 222 da Constituição Estadual. Deferido. À C.C.J. para se pronunciar a respeito.

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 027/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 703/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - Criança Feliz - de Palmital - Paraná. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. Encerrada a discussão.

OFÍCIO PTL/SAT Nº 015/94

Curitiba, 07 de março de 1994.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 609/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 703/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista que a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância "Criança Feliz", da Cidade de Palmital, já foi declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 8.698, de 30 de dezembro de 1987.

Essa a razão que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 703/93, encontra-se publicado no D.A. nº 167/93 de 25.11.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO Nº 027/94

P A R E C E R:

A propositura em exame, oriunda da Mensagem do Executivo, sob Ofício DTL/SAT

nº 015/94 de 07.03.94, veta o Projeto de Lei nº 703/93 sobre declaração de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - Criança Feliz - com sede e foro no Município de Palmital, Paraná.

I - Preliminarmente:

O autógrafo foi enviado ao Governador do Estado em 13 de janeiro de 1994, através do Ofício nº 609/93 e recebido nesta mesma data às 11:30 horas pelo Palácio Iguaçu, dados que são confirmados pelo Departamento do Protocolo Geral da Assembleia Legislativa, conforme cópia inclusa.

Em 08 de março do ano em curso, o Sr. Presidente do Poder Legislativo Paranaense recebeu o Ofício do Chefe do Executivo, que comunicava haver vetado o Projeto nº 703/93, em 07.03.94. Ou seja, 26 (vinte e seis) dias úteis após tê-lo recebido.

Portanto, o veto apostado ao plano de lei, de autoria do Deputado Orlando Pessutti, foi intempestivo e, por conseguinte, afronta aos ditames do parágrafo 1º, pertinente ao art. 71 da Constituição Estadual, "in verbis":

"Art. 71 - Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º - Se o Governador julgar o projeto no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto."

II - Do Interesse Público:

Dado aos precedentes de inconstitucionalidade, o projeto em exame, deveria, ainda por força do parágrafo 3º da Carta Estadual ser sancionado.

Todavia, embora o lapso temporal do Executivo, o projeto deve, realmente, ser vetado, visto já existir há quase 7 (sete) anos Lei sobre idêntica matéria. Trata-se da 8.698 de 30 de dezembro de 1987, conforme xerox da publicação no Diário Oficial, em anexo.

Logo, a aprovação do Plano de Lei, como proposta pelo Presidente desta Assembleia, é contrária ao interesse público, como bem se alicerça o veto do Executivo.

III - Conclusão:

Ante ao exposto, e na competência conferida pelo art. 33, § 2º, inciso XII do Regimento Interno desta Casa, o Projeto de Lei nº 703/93 merece parecer contrário,

devendo ser arquivado. Pois, embora o veto seja intempestivo, o Governador tem razão, no mérito, já que o Projeto em questão, torna-se inócuo face a existência da Lei, dispondo sobre a mesma matéria. O arquivamento da proposição parlamentar vem corrigir uma falha desta Comissão, visto que nem deveria ser apreciada em vista dos motivos já expostos.

Sala das Comissões, em 29.03.94
(aa) ERONDY SILVEIRO - Presidente
ERNANI PUDELL - Relator

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 022/94, Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei nº 738/93, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício nº 2047/93, que reajusta o vencimento básico mensal do cargo de Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas, em janeiro de 1994. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. Encerrada a discussão.

OFÍCIO DTL/SAT Nº 597/93

Curitiba, 30 de dezembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 580/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 738/93, por julgar as partes vetadas inconstitucionais e contrárias ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo reajustar o vencimento básico mensal do cargo de Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado, em 70%, a partir de 1º de janeiro de 1994. Visa, ainda, assegurar, no que couber, aos referidos Procuradores, o disposto no art. 121, da Constituição Estadual. Dispõe também que os "cargos de Procurador da Fazenda, Procurador Adjunto, Sub-Procurador Fiscal e 2º Procurador Fiscal, inativos, do Tribunal de Contas, passem a denominar-se Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas".

O veto parcial apostado incidiu sobre os arts. 2º e 3º.

A impossibilidade de sanção ao mencionado art. 2º decorre de sua indiscutível inconstitucionalidade, eis que os efeitos de tal medida evidenciam, como resultado imediato, o estabelecimento de vinculação ou equiparação de vencimentos entre os Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas e os do Ministério Público, fato que demonstra flagrante ofensa ao preceito contido no inciso XIII, do art. 27, da Carta Estadual.

Por outro lado, o art. 3º não pôde merecer sanção pelo simples fato de que não é possível mudar a denominação de cargos não mais existentes nos atuais quadros funcionais do Estado.

Esses os motivos que me levaram a votar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 738/93, encontra-se publicado no D.A. nº 173/93, de 07.12.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 22/94

P A R E C E R:

I - Trata-se de negativa parcial a sanção de Projeto de Lei cuja mensagem é oriunda do Tribunal de Contas do Estado (art. 77, c/c o art. 101, inciso I, letra C) e privativa daquele órgão autônomo.

Em resumo: o Exmo. Sr. Governador vetou os artigos 2º e 3º da Lei que reajusta o vencimento básico mensal de Procurador do Estado junto aquele órgão por achá-los inconstitucionais, vez que, o 2º visualizava estabelecer "vinculação ou equiparação de vencimentos entre os Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas e os do Ministério Público" (art. 27, inciso XIII, da Const. Estadual) e o 3º da impossibilidade de se mudar "denominação de cargos não mais existentes nos quadros funcionais do Estado".

II - Preliminarmente

Não resta dúvida que o veto foi apostado dentro do prazo a que faz menção o parágrafo 1º, do art. 71, da Constituição do Estado.

Vetar ou não é uma das prerrogativas do Governador contidas no art. 87, inciso VII, da mesma Carta Magna.

III - No Mérito

1) É sobre o entendimento do Governador que cumpre a Assembléia deliberar, posto que, segundo o parágrafo 4º, do mesmo art. 71, dirá a Casa de Leis se acata ou rejeita as razões contidas no veto, ou seja, a Assembléia não ficará contida, se assim não entender, pela opinião jurídica do Poder Executivo.

2) A Constituição Federal trata do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas no art. 130 e diz que a eles "aplicam-se as disposições desta seção perti-

Curitiba, quinta, em 07.04.94

nentes a direitos, vedações e forma de investidura.

Direitos, vedações e forma de investidura são destacados nos incisos I, letras a, b e c, inciso II, letras a, b, c, d e e, do parágrafo 5º do art. 128 e no parágrafo 3º, do inciso IX, do art. 129, da referida Carta Federal.

A Carta Estadual em seus artigos 121, 117, 118 é cópia fiel do estabelecido na Constituição Federal.

Pacífico no entendimento dos mais altos Pretórios de Justiça que "o modelo federal da Corte de Contas é obrigatório no âmbito estadual".

3) A Lei nº 8443, de 16/07/92, que "dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União" no Título que trata da organização do Tribunal, em seu Capítulo VI, estabelece as regras que regem o Ministério Público junto ao Tribunal e em seu art. 84, diz aplicar-se subsidiariamente as disposições da Lei Orgânica do Ministério Público da União, pertinentes a direitos, prerrogativas, garantias e forma de investidura.

Temos pois que quando a Constituição do Paraná, em seu art. 121, situou os Procuradores do Tribunal de Contas na Categoria de Ministério Público, nada mais fez que se afeiçoar ao conceito editado no Diploma Constitucional básico.

4) - Sem adentrar no mérito da perfeição de técnica legislativa contida na redação do art. 130 da C.F., sem sombra de dúvidas, ele criou um Ministério Público como instituição própria junto ao Tribunal de Contas da União e dos Estados.

Inobstante as discussões que tem havido sobre a matéria, muitas acadêmicas e outras já batendo as portas do Judiciário, recentemente com a edição da Lei nº 8625, de 12.01.93, que instituiu a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, vê-se que os arts. 28 e 71 foram vetados pelo Presidente da República, exatamente aquelas normas que tratavam, uma da atuação do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas do Estado e a outra da extinção dos cargos daqueles que hoje integram o Ministério Público junto aos Tribunais de Contas, mas não sejam integrantes do Ministério Público Estadual.

Ambos os artigos foram entendidos no Veto como inconstitucionais, por violarem o art. 130 da Constituição Federal, vez que a atuação do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas tem sede constitucional e não pode ser extinta por lei ordinária, segundo o princípio da hierarquia vertical das leis.

Temos pois que o caso é apenas uma confusão de homonímia e a diferença está

em que enquanto o Tribunal de Contas como órgão auxiliar do Poder Legislativo "é instituição própria que tem a função de defesa do tesouro público" e portanto seu Ministério Público é especializado, com experiência nos processos do Tribunal de Contas, o Ministério Público Estadual é órgão com funções próprias junto ao Poder Judiciário.

Por isso não se vislumbra inconstitucionalidade alguma na presente Lei 738/93, que unicamente repete o que diz o artigo 121 da Constituição do Estado quando diz:

"art. 121 - Aos membros dos Ministério Público, junto ao Tribunal de Contas, aplicam-se as disposições desta seção no que se refere a direitos, vedações e forma de investidura".

Vale dizer que, se prevalecer o Veto, estaria o Governador afirmando que o art. 121 da Constituição Estadual "é inconstitucional" o que se nos parece ilógico, posto que o remédio não seria o Veto e sim a arguição de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal.

Inexiste vinculação entre um órgão autônomo e o outro, posto que leis diferentes regem as suas existências.

5) - O veto ao artigo 3º não merece outro argumento.

Quer Procurador da Fazenda, Procurador Adjunto, Sub-Procurador Fiscal e Procurador Fiscal, inativos, do Tribunal de Contas, todos eles membros inativos do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, teriam uma só denominação no que concerne a estrutura funcional.

Não merece o Veto, destarte, maiores considerações, senão o de que inexiste inconstitucionalidade nos artigos 2º e 3º da lei vetada parcialmente.

É o nosso parecer que levamos ao Plenário.

Sala das Comissões, em 29.03.94.

(aa) ERONDY SILVEIRO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a Mesa, Requerimento de nº 707, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. À Diretoria de Assistência ao Plenário, para verificar se estão em condições de entrar na Ordem do Dia.

Requerimento nº 685, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 684, de autoria dos Senhores Deputados Heinz Herwig, Alceu Swarowski e César Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 704, de autoria do Senhor Deputado Heinz Herwig, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Antes de encerrar comunico, mais uma vez este Plenário, Sessão Especial Solene, hoje, dia 07 de abril, às 17 horas, cidadania honorária "post mortem" ao Senhor Horácio Amaral.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 11, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Em Votação:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs. 022 e 027/94.

Em Votação:

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs. 398, 531 e 609/93.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs. 059, 076, 081, 083 e 085/94.

Levanta-se a sessão.